



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA

JANAÍNA CAMPOS VALADARES RAMALHO
RA: 2046286/5

Descriminalização do aborto em debate
Um estudo sobre a tendência das notícias
do jornal *Correio Braziliense* em 2007

BRASÍLIA
2008

JANAÍNA CAMPOS VALADARES RAMALHO

Descriminalização do aborto em debate
Um estudo sobre a tendência das notícias
do jornal *Correio Braziliense* em 2007

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências Sociais Aplicadas, como requisito
para obtenção ao grau de Bacharel em
Comunicação Social com habilitação em
Jornalismo no Centro Universitário de
Brasília - UniCEUB
Orientador: Prof: Luiz Cláudio Ferreira

BRASÍLIA
2008

JANAÍNA CAMPOS VALADARES RAMALHO

Descriminalização do aborto em debate
Um estudo sobre a tendência das notícias
do jornal *Correio Braziliense* em 2007

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências Sociais Aplicadas, como requisito
para obtenção ao grau de Bacharel em
Comunicação Social com habilitação em
Jornalismo no Centro Universitário de
Brasília - UniCEUB
Orientador: Prof: Luiz Cláudio Ferreira

Brasília, 02 de Junho de 2008.

Banca Examinadora

Prof. Luiz Cláudio Ferreira,
Orientador

Prof^a. Luzia Cristina Ventura Giffoni,
Examinadora

Prof^a. Maria Gláucia Pereira de Lima Pontes Magalhães,
Examinadora

AGRADECIMENTO

A todos que me apoiaram e me ajudaram a ser crítica e realista. Agradeço também aos professores todos tão importantes para minha excelente formação acadêmica.

RESUMO

Esta pesquisa avaliará a tendência da cobertura do jornal *Correio Braziliense* no ano de 2007, sobre o tema descriminalização do aborto. Para isso será realizada análise das notícias publicadas sobre o tema ao longo do ano 2007 nos cadernos de Brasil, Cidades, Mundo e Política. As reportagens e notas são analisadas quanto ao posicionamento favorável, desfavorável ou neutro em relação ao tema. A análise avaliará também a quantidade de fontes e localização da matéria na página. O *Correio Braziliense* é o jornal impresso de maior circulação na capital e serve como base de informação a milhares de leitores.

Palavras-chave: descriminalização do aborto, *Correio Braziliense*, tendência.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. ANÁLISE QUANTITATIVA.....	9
3. Tendência no jornalismo – perspectiva histórica.....	11
3.1. “Objetividade jornalística”	12
3.2. O “Quarto Poder”	13
3.3. O Correio Braziliense.....	15
4. DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: Discussão relevante?.....	17
4.1. Antecedentes.....	18
5. FEMINISMO.....	19
5.1. Relações de Gênero.....	21
6. ANÁLISE DE DADOS.....	23
6.1. Caderno BRASIL.....	23
6.2. Caderno CIDADES.....	27
6.3. Caderno POLÍTICA.....	28
6.4. Caderno MUNDO.....	29
6.5. Gráficos.....	31
7. CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
ANEXOS.....	34

1. Introdução

Assassinato ou simples interrupção de uma gestação por motivos justificáveis. Um feto que busca a sobrevivência ou um ser ainda sem vida. A legalização do aborto, esse tema tão polêmico, não é pauta para discussão apenas no ramo médico. Invade também as páginas dos jornais. Invade e atrai a atenção de milhares de pessoas e formando a opinião pública sobre um assunto que não é debatido em profundidade pela sociedade.

Exatamente pelo fato de o terreno ser pantanoso e, ao mesmo tempo, despertar interesse dos veículos de comunicação e da sociedade, esta pesquisa seleciona uma amostragem de reportagens para demonstrar para qual caminho parte, afinal, o jornal de maior circulação de Brasília.

A descriminalização do aborto no Brasil é um assunto polêmico. Esta monografia pretende analisar como o jornal Correio Braziliense abordou o tema ao longo do ano de 2007. Esta pesquisa, ao discutir a questão da imparcialidade, avalia qual o posicionamento do jornal em seus textos sobre a descriminalização do aborto. O trabalho mostra como o assunto foi abordado em diferentes editorias: Brasil, Cidades, Política e Mundo.

A análise foi feita com base em entrevistas, reportagens e notas publicadas que abordaram o assunto descriminalização do aborto no ano de 2007. O período anual foi escolhido para que se mantenha a precisão necessária para uma análise de conteúdo apurada.

O estudo tem teor quantitativo e compara qual foi a tendência das reportagens do veículo, se houve predominância de matérias neutras, favoráveis ou desfavoráveis à descriminalização. Além de medir as matérias, optou-se por apontar qual foi a posição da notícia no jornal.

A pesquisa pretende também avaliar o número de fontes e sua devida importância para que o leitor fosse bem informado ao longo do ano de 2007.

A descriminalização do aborto é um tema que tange a economia de um País, especialmente na parte da saúde pública. Discutir a descriminalização do aborto e para isso utilizar-se de análise do conteúdo de reportagens veiculadas trará uma abertura de idéias e maior confiabilidade para com o assunto.

Serão utilizados dois tipos de pesquisas, a saber: pesquisa documental, constituída da análise das reportagens publicadas no ano de 2007, no jornal Correio Braziliense; e a pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de livros, visto que permite a cobertura mais ampla. Ao todo foram analisadas 23 páginas, dentre elas três notas e duas entrevistas e uma chamada de capa.

Ao longo do período acadêmico, nos foi ensinado a importância em retratar assuntos de interesse comum à sociedade. A descriminalização do aborto é um assunto polêmico e, como já foi dito, esta monografia pretende responder se o veículo analisado, no caso o Correio Braziliense, deu importância ao tema ao longo do ano de 2007.

Uma das obras lidas para esta pesquisa foi o livro *profissão jornalista: responsabilidade-social*, de Cremilda Medina, nele a autora mostra os desafios a vencer no jornalismo social. A importância do jornalista para a sociedade, como quarto poder e olhos da sociedade. O jornalista tem como função social apenas informar à sociedade sem influenciar na opinião de cada um.

Este trabalho define, além da análise das reportagens selecionadas, qual o papel social do jornalista, o lugar da imparcialidade e objetividade no jornalismo e qual conteúdo empregado quando aborda-se o tema. Para avaliar a objetividade no jornalismo, foi lido o livro *A objetividade jornalística*, de Luiz Amaral, no qual o autor esmiúça o conceito. Além disso, será utilizado o conceito de agenda-setting, hipótese que defende que os meios de comunicação interferem na agenda do público, ao pautar os assuntos que serão discutidos na sociedade.

2. ANÁLISE QUANTITATIVA

A pesquisa, que é quantitativa, vai utilizar como metodologia a análise de conteúdo. É importante lembrar que essa metodologia já propiciou descobertas de armas secretas alemãs por britânicos, a partir do estudo da propaganda nazista, outro exemplo e este na área de comunicação social é a comparação de atitudes adotadas por diferentes jornais em período eleitoral. Essa gama de conhecimentos foi adquirida com a leitura do livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*, de Jorge Duarte e Antonio Barros.

Então conclui-se que a escolha dessa metodologia vai auxiliar na análise da tendência das matérias publicadas nos cadernos de Brasil, Cidades, Política e Mundo do Correio Braziliense sobre a descriminalização do aborto. Para compreender a questão vale a pena citar Wilson Corrêa da Fonseca in Duarte e Barros (2006, p.284):

Assim como arqueólogo ou o detetive trabalham com vestígios, o analista trabalha com *índices* cuidadosamente postos em evidência, tirando partido do tratamento das mensagens que manipula, para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação.

A análise foi organizada nos padrões propostos no livro *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*, de Martin W. Bauer e George Gaskell. Como é exemplificado a seguir por Bauer e Gaskell (2004, p. 190):

A análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa, dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos.

Assim, parte de uma pré-análise das notícias, ou seja, a escolha do material a ser analisado, ou seja, a escolha do período para avaliação, no caso o ano de 2007. Em seguida, foi feita a exploração das notícias selecionadas e a avaliação da tendência para auxiliar a compreensão dos

resultados. Para a conclusão, foi realizada a interpretação dos resultados a fim de confirmar ou não a hipótese proposta no início desta pesquisa de monografia. Lembrando que a hipótese inicial é avaliar qual a tendência do enfoque dado às matérias publicadas no Correio Braziliense. O jornal se comportou de forma desfavorável, favorável ou neutra?

Um breve relato sobre a história da imprensa foi feito com base na obra da jornalista Cremilda Medina. O conceito de Teoria do Agendamento apresentado no trabalho teve como base a obra do jornalista português Nelson Traquina. Além do breve relato sobre o feminismo, peça chave também do tema e discutida nessa dissertação.

O corpus definido para a análise de conteúdo é composto por 22 matérias sobre a descriminalização do aborto nos cadernos Brasil, Cidades, Mundo e Política do jornal Correio Braziliense, publicadas no período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro do mesmo ano.

DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO / CORREIO BRAZILIENSE/ 2007

Dia/Mês	Editoria	Desfavorável	Neutro	Favorável
11 de Fevereiro	MUNDO	1		
12 de Fevereiro	MUNDO		1	
13 de Abril	BRASIL			1
14 de Abril	BRASIL		1	
15 de Abril	BRASIL		1	
19 de Abril	MUNDO	1		
23 de Abril	MUNDO		1	
11 de Maio	BRASIL	1		
23 de Maio	BRASIL			1
03 de Junho	POLÍTICA		1	
10 de Junho	BRASIL			1
05 de Agosto	BRASIL	1		
16 de Agosto	CIDADES			1
11 de Outubro	BRASIL		1	
14 de Outubro	BRASIL			1
26 de Outubro	MUNDO	1		
06 de Novembro	MUNDO		1	
07 de Novembro	MUNDO			1
19 de Novembro*	CAPA	1		
19 de Novembro	BRASIL	1		
22 de Novembro	BRASIL	1		
05 de Dezembro	BRASIL	1		
31 de Dezembro	BRASIL	1		
TOTAL:	-----	10	7	6

3. Tendência no jornalismo - perspectiva histórica

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a tendência do conteúdo das matérias publicadas no jornal Correio Braziliense. Para fundamentá-la, é preciso compreender a história da imprensa, ou seja, como o conceito “notícia” se desenvolveu ao longo da história.

A história da imprensa de forma direta é ligada ao capitalismo, pois ambos se desenvolveram de forma paralela. Inicialmente, a informação era restrita a grupos das sociedades com alto poder aquisitivo. A Igreja monopolizava a informação, e dominava o acesso aos documentos e o direito às pesquisas científicas. A população tinha acesso apenas às informações passadas por meio de decretos, proclamações e sermões na igreja, além de boatos e testemunhos.

No entanto, na metade do século XIX, com a revolução industrial na Europa, o cenário começa a mudar.

“No Brasil, em 1983, Getúlio Vargas, através do decreto-lei número 910, determinou a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação de profissionais de imprensa.” (MEDINA, 1982, p. 45).

Assim, o século XX é marcado pelas transformações de pequenos jornais em grandes empresas. O jornal ganha caráter de mercadoria, atende a dois públicos: o leitor que consome a informação, e o anunciante, que compra espaço no jornal para divulgar seu produto ao público.

Então, as empresas começam a investir na sua mercadoria: os jornais necessitam dela para se manterem e, por consequência, do anunciante. Desse modo, o jornal impresso torna-se altamente dependente daquele que o financia, comprometendo a informação e reduzindo o jornalismo a uma atividade submetida ao capital na medida em que ele passa a publicar assuntos de interesse dos anunciantes, principais financiadores.

3.1. “Objetividade jornalística”

Com a transição de pequena para grande empresa, o jornalismo passa a ser visto e debatido como profissão. A partir deste momento surgem discussões sobre a ética no jornalismo. É nesse período que a objetividade torna-se um de seus princípios e passa a ser cobrada pelos editores nas redações. Esta é uma questão ainda debatida nas universidades e congressos sobre jornalismo. Desde a faculdade, estudantes e futuros profissionais aprendem que o texto jornalístico deve ser: objetivo e imparcial. “Os editores estão sempre recomendando aos redatores e repórteres: sejam objetivos.” (AMARAL: 1996, p.17). Esta citação demonstra a complexidade do princípio básico do jornalismo, que defende que o jornalista deve se desfazer de seus valores pessoais e preconceitos de modo a não interferir em sua produção.

Este debate sobre a objetividade e a imparcialidade é bastante complexo tendo em vista que o conceito de notícia, atual, está relacionado com o sensacional, o novo, o excepcional e o raro. Para compreender a questão, vale a pena citar novamente Amaral (1996, p.26):

A objetividade, passa a se identificar como uma mistura de estilo direto, imparcialidade, fatalidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologia. Quer dizer que, em sua tarefa diária, o jornalista precisaria deixar em casa suas normas, princípios, referências políticas e ideológicas, procurar excluí-los do pensamento e se concentrar na narração dos fatos sem tentar explicá-los ou comentá-los. Para os céticos, tais exigências carecem de sentido desde que o relato dos fatos, as interpretações e os comentários batam com os interesses dos donos da empresa. Em outras palavras, quando os valores do repórter e do redator coincidem com os da empresa para qual trabalham, eles não precisam ser excluídos.

O ideal era que o jornalismo fosse objetivo e imparcial, mas quando entra o interesse da empresa, por exemplo, o discurso de valores muda. Afinal, qual jornal desafia seus financiadores? Qual jornal, por exemplo, “fala mal” de seu maior anunciante?

Todos, e inclusive os jornalistas, são dotados de princípios ideológicos e vivências individuais. Sempre lutando para amenizar a impossibilidade de qualquer forma de perfeccionismo científico. Como afirma Medina (1982, p. 21/22) no seguinte trecho:

Um produto jornalístico nunca poderá ser analisado através de parâmetros rigorosos da ciência ou quaisquer esquemas teóricos rígidos. O custo operacional é a imperfeição, perfeitamente assimilada por aqueles que vivem o desafio do tempo da informação.

Pode-se concluir com tudo isso que o jornalismo é algo subjetivo e “mas se pretender que não saia erros em um jornal, é desconhecimento de causa, inexperiência, pretensão.” (MEDINA CREMILDA, 1982, p. 22). Ou seja, o jornalista publica a sua própria verdade, baseando-se na sua vivência e ideologia. Esses valores passam a fazer parte da interpretação dos leitores que são impedidos de julgar os fatos por conta própria. Sendo assim, a notícia retratada é contaminada pela opinião daquele que a descreve, o jornalista.

3.2. O “Quarto Poder”

Conforme dito anteriormente, a empresa jornalística é quem seleciona os fatos que devem ser noticiados. Desta forma ela interfere nos assuntos discutidos pelos leitores e no que eles acreditam ser a realidade. Para compreender como a mídia pode pautar os assuntos de uma sociedade e influenciar na construção de uma imagem da realidade social, é preciso entender o conceito de *agenda-setting* ou teoria do agendamento.

A influência social que os meios de comunicação exercem sobre a sociedade sempre está em debate e em discussões dentro das salas de aula. Esses estudos concluíram que com o passar do tempo, os *mass media* não influenciam diretamente no comportamento explícito do receptor, mas na forma como ele organiza o ambiente. Ou seja, os meios de comunicação em

massa interferem na construção do imaginário social. Contribuindo, assim para a estruturação de uma realidade, criada muitas vezes com base em estereótipos. E ajudam, desta forma, na formação de novas opiniões.

A construção da notícia é, portanto, bastante complexa. É a partir do momento que reconhecemos que ela interfere no modo de pensar, se torna perigosa. Caso a agenda dos meios de comunicação seja avaliada em um período longo de tempo, como um efeito cumulativo, ela pode influenciar na forma que o público hierarquiza os acontecimentos ou temas públicos, pois tal hierarquização será semelhante à avaliação feita pelos meios de comunicação acerca do mesmo problema. O que é importante para a mídia acaba por se tornar importante para o público que consome as informações.

A formulação clássica da teoria do agendamento defende que a influência dos meios de informação é a mesma em relação a todos os tipos de tema. No entanto, em certos meios de comunicação essa influência é maior que em outros. Pode-se dizer, então, que são os meios de comunicação de massa que pautam os assuntos da sociedade. Um assunto fortemente valorizado no jornal diário tem quase todas as probabilidades de o ser também na agenda dos leitores.

Outro ponto importante para retratar a complexidade da hipótese do agendamento é a diferenciação do efeito exercido pelos meios de comunicação conforme o grau de conhecimento e o nível institucional do público, ou seja, os efeitos do *agenda-setting* não são iguais para todos.

De acordo com o jornalista Graça França Monteiro, em Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a mídia, são as agendas que “determinam quais os acontecimentos (assuntos e problemáticas) com direito a existência pública e que, por isso, figuram na agenda de preocupação da opinião pública, como temas importantes” (in DUARTE JORGE, 2006, p. 141). Sendo assim, as pessoas são mais suscetíveis aos efeitos do agendamento dos media, e assim definem seus significados em relação a esses acontecimentos, e interpretações. Então, conclui-se que os jornais podem interferir na vida das pessoas a partir do momento que pautam os assuntos da comunidade.

Partindo do princípio de que os meios de comunicação interferem na agenda pública, esta pesquisa também vai discutir se o jornal Correio

Braziliense tem tendência a influenciar a partir da forma com que retrata o tema descriminalização do aborto.

3.3. O Correio Braziliense

As notícias publicadas nos cadernos de Brasil, Cidades, Mundo e Política do jornal Correio Braziliense, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007, fazem parte do corpus desta pesquisa. Este periódico foi escolhido por se tratar do veículo de maior circulação no Distrito Federal. As informações são do Centro de Documentação (Cedoc) do Correio Braziliense, via internet, no site para assinantes em março de 2008.

O Correio Braziliense é considerado o primeiro jornal brasileiro e foi fundado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado, em 1808. O jornal foi produzido em Londres devido à censura que Portugal impunha ao Brasil e chegava ao país de forma clandestina por meio de navios. Hipólito da Costa defendia, no seu veículo, idéias liberais e retratava diversos assuntos, opiniões, reflexões e comentários. Após a independência, o jornalista encerrou a publicação do jornal. De acordo com o Cedoc, o jornal foi líder de opinião por 14 anos.

Em 1960, o Correio Braziliense foi relançado por Assis Chateaubriand, que decidiu que o periódico seria inaugurado no mesmo dia que a inauguração de Brasília, a pedido do presidente Juscelino Kubitscheck. Em 21 de abril de 1960, a nova versão do jornal Correio Braziliense foi lançada. Com 96 páginas e uma tiragem de 300 mil exemplares, o jornal passou a ter veiculação diária. A primeira edição local era composta por três cadernos com 24 páginas e o suplemento dos Diários Associados, edição comemorativa da transferência da Capital Federal, com um total de 108 páginas.

O Correio Braziliense em 2008 é um dos jornais mais lidos no Distrito Federal com tiragem em média de 53.420 mil exemplares, de segunda a sábado, e 105.807 mil, aos domingos. O jornal também é distribuído nos

estados de Bahia, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, segundo Cedoc.

É dividido em Capa, Política, Brasil, Economia, Opinião, Mundo, Cidades, Esportes, Cultura e Classificados. Além de suplementos que circulam uma vez por semana O Correio Braziliense também oferece grande espaço para os anunciantes.

4. DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: Discussão relevante?

A descriminalização do aborto não é uma questão de discussão simbólica ou apenas religiosa. É um tema que tange a economia do País, especialmente na parte da saúde pública. A escolha entre continuar ou interromper uma gravidez não é algo fácil de fazer. A descriminalização do aborto irá tirar a impressão de “mulher sem alma” para a que o fazer.

Não se pode fechar os olhos e fingir que a gravidez não muda a vida, principalmente, da mulher. Todos os horários são modificados, se há uma estrutura perfeita para gestação tudo se torna momento de felicidade. Mas se for uma mulher sem condições físicas, financeiras ou psicológicas? A questão é muito profunda, isso é a superfície do problema.

Pensar que o aborto não existe é uma atitude hipócrita da sociedade. A mulher que nasce numa família com condições vai abortar numa clínica com condições ideais de higiene. Já se a situação ocorrer com a mulher com uma renda baixa, a situação muda de cenário. Ela terá de procurar uma clínica clandestina e, se após o ato sobreviver, raras são as que sobrevivem sem seqüelas físicas e/ou psicológica.

O aborto envolve apenas duas pessoas: a mulher e a criança; e a vinda de uma criança muda a vida da mulher e de quem a rodeia. Pode-se questionar se a mulher tem (ou não) sempre o dom para ser mãe.

Como o Correio Braziliense aborda essa questão? É a essa pergunta que esta monografia quer responder. O jornalismo deve ver todos os lados da história. O governo federal toma importantes decisões quando aprova uma lei para ser sancionada. O governo é peça chave para uma boa democracia. Os textos levam em conta as opiniões desfavoráveis e favoráveis do tema? A maneira de noticiar o tema interfere na opinião pública da sociedade?

Nesse caso, um jornalismo que escuta todos os lados da história. Uma fonte oficial citada ou mostrada em uma matéria é algo que dá maior credibilidade e confiabilidade ao texto.

O valor social e político dessa temática a ser discutida nesta pesquisa é alto, pois o tema é de conhecimento geral da população. Quem nunca ouviu

falar em aborto ou descriminalização? Discutir a descriminalização do aborto e para isso utilizar-se de análise de textos impressos trará uma abertura de idéias.

4.1. Antecedentes

A premissa da pesquisa é ter por base que a decisão sobre a interrupção ou não do desenvolvimento pleno do feto não pode ser tomada pelo Estado ou influenciada de forma tendenciosa por crenças religiosas na imprensa.

A descriminalização do aborto é algo já discutido em outros países e por alguns até legalizado, como, por exemplo, na Inglaterra. Ao descriminalizar o aborto, ou seja, não torná-lo um crime é conferido o direito à mulher que quer tirar o feto conseguir fazê-lo sem restrições psicológicas e com condições dignas de saúde. O Estado participa de forma importante na efetivação das leis de um país. Por isso a importância o conteúdo veiculado no jornal Correio Braziliense ao longo do ano de 2007.

5 – FEMINISMO

Impossível abordar a temática Descriminalização do Aborto sem citar o movimento feminista. A questão do corpo político da mulher é peça importante nesta pesquisa. O livro *Feminismo que história é essa?*, de Daniela Auad, aborda que o objetivo do movimento feminista é liberar tanto as mulheres quanto os homens para a vida autêntica e consciente. O livro traz um resumo histórico do papel da mulher na sociedade.

No período Neolítico ou período da pedra polida, ano de 7.000 a.C., as mulheres passaram a ter sua sexualidade controlada pelos homens. Na sociedade ateniense, elas deviam ter o papel de assegurar a continuação da família concebendo para o marido o descendente legítimo, ou seja, um filho homem que cuidaria de seus pais na velhice e daria continuidade à família.

Em Esparta, as mulheres tinham possibilidade de serem proprietárias do seu dote. Por essa razão exerciam certo papel político. Na Idade Média, há registros de mulheres com papéis políticos de destaque. Elas possuíam terras, ou seja, poder e se tornavam senhoras feudais devido à morte dos maridos. Mas é no Séc. XII, que as mulheres começam a se rebelar de uma maneira mais sistemática contra a imposição da ordem masculina. Na Itália no Séc XVIII surgem três mulheres de Veneza que são consideradas as precursoras do feminismo, são elas: Moderata Fonte, em 1600, publica o livro *Valor da Mulher*, que denuncia a situação em que as donas-de-casa viviam, estavam sempre encurraladas dentro de casa e sem direitos; Lucrecia Marinelli, em 1601, publica o livro *A nobreza e a excelência da mulher*, nele defende a igualdade entre os sexos e ressalta o papel da mulher na história da humanidade; e a última Arcângela Tarabotti, em 1620, que foi obrigada aos 16 anos de idade pelo pai a entrar para um mosteiro, até a sua morte em 1652 escreveu textos e cartas que denunciavam o modo de inferioridade e o moralismo da sociedade para com as mulheres da época. No fim da Idade Média, surge a escritora francesa Christine de Pisan, que escreve para reclamar da subordinação feminina imposta pela Igreja. Ela foi a primeira mulher a ser indicada como poetisa oficial da corte e é considerada também uma das primeiras feministas. Uma das obras de Christine é *Cidade das*

Mulheres, Em que a autora defende a igualdade entre os sexos e igual educação. Ela pretendia com o livro mudar a imagem de fragilidade, indolência e luxúria que a mulher carregava na sociedade. No séc XX o movimento feminista começa a ganhar características de ação política, com o seu próprio discurso sobre a luta das mulheres pelos seus direitos. Na segunda metade do séc. XIX, as mulheres na Europa e nos Estados Unidos iniciaram um movimento pelos seus direitos políticos e sociais, em que pedem o Direito do voto em 1934. O livro de Daniela Auad faz importantes comparações entre as mulheres brasileiras e as mulheres afegãs, e mostra que as sociedades não são tão diferentes. “Tanto a mulher brasileira quanto a afegã vivem em sociedades que esperam que elas se casem, tenham filhos e cuidem das crianças, dos maridos e da casa”. A descriminalização do aborto pode tirar esse papel que a sociedade impôs a mulher? A mulher passa desse modo a fazer parte da vida pública e não só mais da privada. O texto, então, explica as seis correntes do feminismo segundo a estudiosa, Heleieth Saffioti. Esta pesquisa se valerá da última corrente. A sexta corrente que é o chamado de feminismo múltiplo. Auad (2003, p. 63):

[...] também por se apresentar, ao mesmo tempo, como um movimento científico e político. É científico porque produz conhecimento científico (em livros teses, textos publicados em jornais e revistas) sobre as mulheres, sobre a feminilidade e sobre a masculinidade. E é político porque sempre trata de uma produção engajada e comprometida com o término das desigualdades.

Essa corrente afirma ainda que as mulheres devem ter o direito de escolha do que querem ser, e quais as características consideradas femininas que querem manter e quais querem mudar. E mais importante, fazer essa escolhas sem serem discriminadas.

Portanto, o movimento no Brasil tem início, em 1910, com a professora, Deolinda Daltro, que funda no estado do Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminino. Ela queria com isso conquistar o direito do voto para mulheres. Em 1919, a bióloga e líder feminista, Bertha Lutz, visitou Londres e se inspirou no feminismo inglês para fundar a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Funda, então, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. No ano de

1927, o Estado do Rio do Grande do Sul inclui na Constituição Estadual um artigo permitindo o voto as mulheres.

O ano de 1975 foi o marco do movimento feminista no Brasil, pois a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano como Ano Internacional da Mulher. A partir deste ano, foram fundados grupos de discussão e jornais para questões da mulher, bases sólidas e necessárias para tornar a condição da mulher na sociedade brasileira objeto de debates, de notícia na imprensa e de causas políticas. A autora considera o ano citado um marco, Auad (2003, p. 73):

A partir de 1975, tornam-se pontos importantes das discussões públicas, nos partidos políticos e nos movimentos sociais de modo geral, o direito a creche para os filhos, a descriminalização do aborto, a licença-maternidade, os direitos das mulheres trabalhadoras nas áreas urbanas e rural, a saúde das mulheres e a violência contra elas.

5.1– Relações de Gênero

Relações de Gênero, esse conceito é parte importante da luta das mulheres pelos seus direitos. O direito de decidir o que fazer com o seu corpo é um direito dado à mulher?

Dois livros foram avaliados para ajudar esta pesquisa a responder a pergunta. O primeiro foi o livro *Feminismo que história é essa?* de Daniela Auad e segundo livro foi *Mulher, estudos de gênero* da Organização de Marlene Neves Strey, que traz capítulos com autoras diferenciadas. No livro de Auad, ela conceitua Relações de Gênero como algo que pode ser entendido pelo lado da luta das mulheres pelos seus direitos.

Strey amplia a abordagem fala da divisão sexual e mostra claramente como a sociedade cria estereótipos para os sexos, “cabendo ao homem o trabalho produtivo extra-lar, pelo qual passou a receber salário, enquanto às mulheres coube, principalmente a realização das tarefas relativas à reprodução e sem remuneração”. Com esse tipo de atitude são reforçados os mitos: mulher-mãe, esposa, trabalho doméstico, e homem-força, razão,

trabalho extra-lar. No capítulo Mulheres, saúde e trabalho de autoria de Marta Julia Marques Lopes (1997, p. 111 e 112):

A ênfase dos serviços de saúde oferecidos ainda hoje é dirigida ao binômio materno-infantil, à função reprodutiva da mulher, à sua capacidade de gerar e ao percurso da gravidez. As vinculações mais freqüentes na terminologia dos serviços dizem respeito à mulher-reprodução; mulher-mãe; mulher-criança. A relação mulher-trabalho, como perspectiva de abordagem em saúde, está ainda distante. Poderíamos, rapidamente, sintetizar alguns aspectos, dizendo que a realidade de saúde das mulheres é de altos índices de desnutrição; de precárias condições de higiene e saneamento; de desatenção dos serviços aos pequenos problemas ginecológicos; de índices elevados de complicações pós-parto; pós-aborto e de descriminalização do aborto; de insuficiência de exames pré-natais; de negligência com as intoxicações industriais e domésticas.

Ainda no livro de Strey, o capítulo Mulher e saúde na virada do século escrito por Petronila Libana Cechin fala da preocupação do governo brasileiro como de outros governos para com a saúde da mulher. O texto fala das mudanças no governo brasileiro, como a criação em 1989 do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), do Ministério da Saúde. Petronila critica o Programa dizendo que ele “está pautado numa estrutura biomédica cujas bases de ação estão alicerçadas em condutas curativas e preventivas”. Segundo Petronila, nesse tipo de programa a opinião do médico prevalece sobre a opinião da mulher, ela não tem o direito de entender e decidir a respeito do seu corpo e da sua saúde de natureza feminina.

6. ANÁLISE DE DADOS

6.1. Caderno BRASIL

Análise das notícias publicadas no caderno Brasil entre o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2007. Foram analisadas quatorze notícias do caderno entre a chamada de capa, reportagens e entrevistas. É importante frisar que foi o único caderno que recebeu chamada na capa, sendo o enfoque desfavorável a descriminalização, ou seja, mais peso para a tendência contrária ao tema.

Para a análise foram definidas quatro categorias:

1. **Posição do texto dentro da página, isso indica a importância do assunto no jornal;**
2. **Presença de fotografia, focando o contexto da foto, ela traz emoção;**
3. **Conteúdo do texto é a favorável, desfavorável ou neutro em relação ao tema;**
4. **Número de fontes, maior número maior credibilidade ao público;**

13/04/07

Título: Ministro da Saúde recebe documento em defesa da interrupção da gravidez e diz que o tema “é uma ferida aberta na sociedade”

A reportagem ocupa 50% da página os outros 50% são publicidade, ou seja, a tendência favorável teve importância para o jornal. A foto é pequena mas tem peso na página, a expressão do ministro da saúde e da feminista na fotografia são leves. É bom lembrar que fotos com autoridades trazem ao público credibilidade. O texto tem tendência favorável a descriminalização do aborto, pois o ministro declara no título que é favorável: “É uma ferida aberta na sociedade brasileira e é um problema grave de saúde pública. Tem que ser enfrentado. E esse enfrentamento passa pelo Congresso Nacional e por

um livre debate na sociedade brasileira”, afirma o ministro na reportagem. Em relação as fontes a matéria é imparcial, pois traz declaração dos dois lados do tema, o movimento feminista e da Frente Parlamentar em Defesa do Planejamento Familiar.

14/04/08

Título: Lula quer governo fora do debate sobre aborto

A reportagem está na parte inferior do jornal. Não traz fotografia, o conteúdo do texto é neutro, pois apenas retrata a opinião do presidente em relação ao tema sem mostrar a opinião do veículo ou criar tendência para o leitor. Em relação às fontes, as duas citadas no texto são desfavoráveis a emissão de opinião de governo em relação ao plebiscito, ou seja, o jornal não foi imparcial em relação as fontes, pois não traz fontes favoráveis a interferência do governo.

15/04/07

Título: Plebiscito questionado

A reportagem está na parte superior e por isso é considerada importante pelo jornal, traz a fotografia do ministro da saúde, este fato dá credibilidade ao texto e peso. O conteúdo do texto é neutro, pois traz os dois lados favorável e desfavorável o tema. Na questão das fontes a reportagem é imparcial, pois da voz aos dois lados.

11/05/07

Esta página é um caso especial nesta análise, pois ela é página inteira e faz parte do caderno especial: **O PEREGRINO DA FÉ**. Todas as reportagens são de temáticas desfavoráveis a legalização do aborto e relacionadas a visita do Papa a cidade de SP. Ela traz duas fotos ambas são relacionadas a temática, a primeira é um grupo de jovens segurando um cartaz escrito: NÃO AO ABORTO e a segunda foto é do governador Arruda que declara abaixo que é contra qualquer forma de aborto. Então, conclui-se que as fotos tem grande peso nesta reportagem. Não há fonte favorável ou neutra nesta matéria, o jornal não foi imparcial.

23/05/07

Título: 697 mortes em dois anos

A reportagem se encontra na parte superior do jornal, ou seja, é importante para o jornal, traz a fotografia do ministro da Saúde uma autoridade oficial dando credibilidade ao conteúdo. A tendência do texto é favorável ao tema, em relação ao número de fontes o jornal é imparcial coloca os dois lados.

10/06/07

Título: ENTREVISTA// JOSÉ GOMES TEMPORÃO

A entrevista com o ministro da Saúde ocupa a página inteira, tem alto grau de importância para o jornal, traz fotografia grande do ministro no centro. A tendência do texto é favorável ao tema, uma fonte oficial traz para o texto alto grau de credibilidade.

16/08/07

Título: Manifestação contra o aborto

A reportagem fala das manifestações que ocorreram na Esplanada tanto desfavorável como favorável da descriminalização do aborto/legalização do aborto. A reportagem está na parte superior do jornal em cerca 45% da página, ou seja, quase metade da página. A reportagem traz uma foto da manifestação contra o aborto, o conteúdo do texto é desfavorável a descriminalização do aborto. A reportagem tende na sua maioria a falar do lado desfavorável, mas fala também em menor parte favorável do tema, ou seja, o jornal escuta os dois lados.

11/10/07

Título: Guerra de números na Câmara

A reportagem está na parte inferior da página, cerca de 25% na página, a tendência é neutra, pois relata a divergência de parlamentares em relação a dados do Ministério da Saúde relacionados a casos de aborto ocorridos no país. A reportagem não traz foto e traz fontes dos dois lados, os que concordam com os números e querem a aprovação do projeto e os contrários aos dados anunciados e ao projeto de lei.

14/10/07

Título: Mães anônimas

A reportagem ocupa cerca de 90% da página, a tendência é favorável, pois relata que a mulher que deve decidir pelo seu corpo. Não traz foto, mas traz infográfico que não é favorável e nem desfavorável, o número de fontes é justo para ambos os lados.

19/11/07

Título: Aborto é rejeitado

Essa reportagem traz a seguinte chamada de capa: Conferência surpreende e rejeita o aborto, na página 6. Esta traz foto pequena, e ocupa cerca de 90% da página o restante é publicidade, a tendência é desfavorável a descriminalização. O jornal deu voz aos dois lados, mas com menos espaço para o lado favorável ao tema.

22/11/07

Título: Relator de comissão rejeita o aborto

Essa reportagem está situada na parte inferior, não teve grande relevância para o jornal, traz fotografia pequena de Jorge Tadeu Mudalen que foi o relator assim não aprovou a comissão que aprovaria a descriminalização do aborto. O conteúdo da reportagem é de tendência desfavorável o tema, pois Mudalen fala ao longo do texto e sempre suas opiniões são sempre contrárias. A reportagem é imparcial, pois traz a opinião da deputada Cida Diogo que questiona o dia em que Mudalen votou na Comissão a questão. A deputada alega na matéria que Mudalen desrespeitou um acordo que pregava votar o assunto somente após a audiência de Temporão, ministro da Saúde.

05/12/07

Título: Polêmicas travadas

Essa reportagem ocupa 80% da página e está na parte superior, traz infográfico falando da propostas incluindo a proposta em relação ao aborto. A tendência da reportagem é desfavorável ao tema, a reportagem é imparcial em relação ao número de fontes.

31/12/07

Título: ENTREVISTA// DOM DIMAS LARA BARBOSA

A entrevista é página inteira, com fotografia grande de Dom Dimas, nela ele responde perguntas de variados assuntos incluindo o aborto, na qual ele é claramente desfavorável. A entrevista é apenas com Dom Dimas não há antagonista. A tendência é desfavorável em relação ao tema desta pesquisa.

6.2. Caderno CIDADES

Análise das notícias publicadas no caderno Cidades do jornal Correio Braziliense, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2007, onde foi encontrada uma notícia.

Para a análise foram definidas quatro categorias:

- 1. Posição do texto dentro da página, isso indica a importância do assunto no jornal;**
- 2. Presença de fotografia, focando o contexto da foto, ela traz emoção;**
- 3. Conteúdo do texto é favorável, desfavorável ou neutro em relação ao tema;**
- 4. Número de fontes, maior número maior credibilidade ao público;**

05/08/07

Título: Sem medo de incomodar

Uma entrevista do modelo ponto a ponto, ou seja, são dados temas ao entrevistado e ele responde, um dos temas foi aborto. A entrevista foi com Diaulas Costa Ribeiro, promotor do Distrito Federal, é de tendência favorável, “Sou favorável à descriminalização do aborto”, afirmou ao jornal. A reportagem traz também fotografia grande de Diaulas, entrevistar fonte oficial deu credibilidade ao texto.

6.3. Caderno POLÍTICA

Análise das notícias publicadas no caderno Política do jornal Correio Braziliense, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2007, onde foi encontrada apenas uma notícia.

Para a análise da notícia foram definidas quatro categorias:

1. Posição do texto dentro da página, isso indica a importância do assunto no jornal;
2. Presença de fotografia, focando o contexto da foto, ela traz emoção;
3. Conteúdo do texto é favorável, desfavorável ou neutro em relação ao tema;
4. Número de fontes, maior número maior credibilidade ao público;

Este também um caso especial de análise, pois na reportagem não é citado diretamente o tema, porém é citado na tabela:

PLEBISCITOS



A ideia é ampliar a participação da população nas decisões do Congresso, com elementos de democracia direta, do tipo plebiscito, referendo e o orçamento participativo.

Vantagens: a proposta tornaria possível a tomada de decisões sobre temas polêmicos, que dividem a sociedade, como a legalização do aborto, a descriminalização do uso de drogas, etc.

Desvantagens: decisões definitivas podem ser tomadas em função de conjunturas específicas e do clima emocional provocado por fatos de muita repercussão.

Dúvidas: há dúvidas de que a existência desses dispositivos possa servir de pretexto para alteração de cláusulas pétreas da Constituição, favorecendo projetos autoritários.

Esta parte da tabela ficou situada na direita e parte inferior da página do jornal e não teve importância para o jornal. A tendência é neutra, todas as fontes são políticos, não há citação de nenhuma organização diretamente envolvida na aprovação de alguma medida provisória.

6.4. Caderno MUNDO

Análise das notícias publicadas no caderno mundo entre o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2007, onde foram analisadas sete notícias do caderno entre reportagens, entrevistas e notas.

Para a análise foram definidas quatro categorias:

- 1. Posição do texto dentro da página, isso indica a importância do assunto no jornal;**
- 2. Presença de fotografia, focando o contexto da foto, ela traz emoção;**
- 3. Conteúdo do texto é favorável, desfavorável ou neutro em relação ao tema;**
- 4. Número de fontes, maior número maior credibilidade ao público;**

11/02/07

Título: Entre a fé e o aborto

A reportagem ocupa a página inteira tem alto grau de importância, possui fotografia do outdoor em Lisboa que prega contra a descriminalização do aborto e infográfico que mostra em quais países são liberados ou não algumas situações polêmicas: aborto, casamento gay, a eutanásia e a pena de morte. A foto não apela ao emocional apenas retrata o painel na rua e o infográfico traz somente os dados. O conteúdo do texto tem tendência desfavorável ao tema, traz fontes com opiniões diferentes, ou seja, foi imparcial.

12/02/07

Título: Parlamento deve liberar o aborto

A nota está situada no canto superior da página, com pequeno grau de importância, não há foto e fontes, o conteúdo é neutro, pois apenas informa que o parlamento português conseguiu aprovar por meio de voto popular a descriminalização do aborto.

19/04/07

Título: Papa busca resgate da fé entre os latinos

A reportagem está na parte superior esquerda da página, ou seja, teve importância para o jornal, traz também foto do papa com o rosto cordial e induzindo ao leitor que ele é um símbolo de paz. A tendência do texto é desfavorável a descriminalização, inclusive o papa está visitando os latinos para lhes falar dos males como aprovar a descriminalização do aborto, não há fonte antagonista, ou seja, o jornal não foi imparcial.

23/04/07

Título: Legalização do aborto divide os mexicanos

A reportagem está na parte superior do jornal a esquerda da página, teve importância, traz foto de uma cidadã mexicana reclamando da propaganda antiaborto colocada na rua, a tendência do texto é neutra. Mas ele não possui fontes favoráveis do tema na matéria, ou seja, não é imparcial.

26/10/07

Título: Cristina promete mudanças

Este é um caso especial a reportagem não comenta diretamente sobre o tema, mas o box é só sobre aborto. A reportagem toda tem cerca de 40% da página total, está situada na parte superior, ou seja, teve importância para o jornal. Traz a foto da Cristina Kirchner discursando no palanque, o conteúdo relacionado ao tema é de tendência desfavorável, não cita fonte diretas.

06/11/07

Título: Uruguai vota aborto

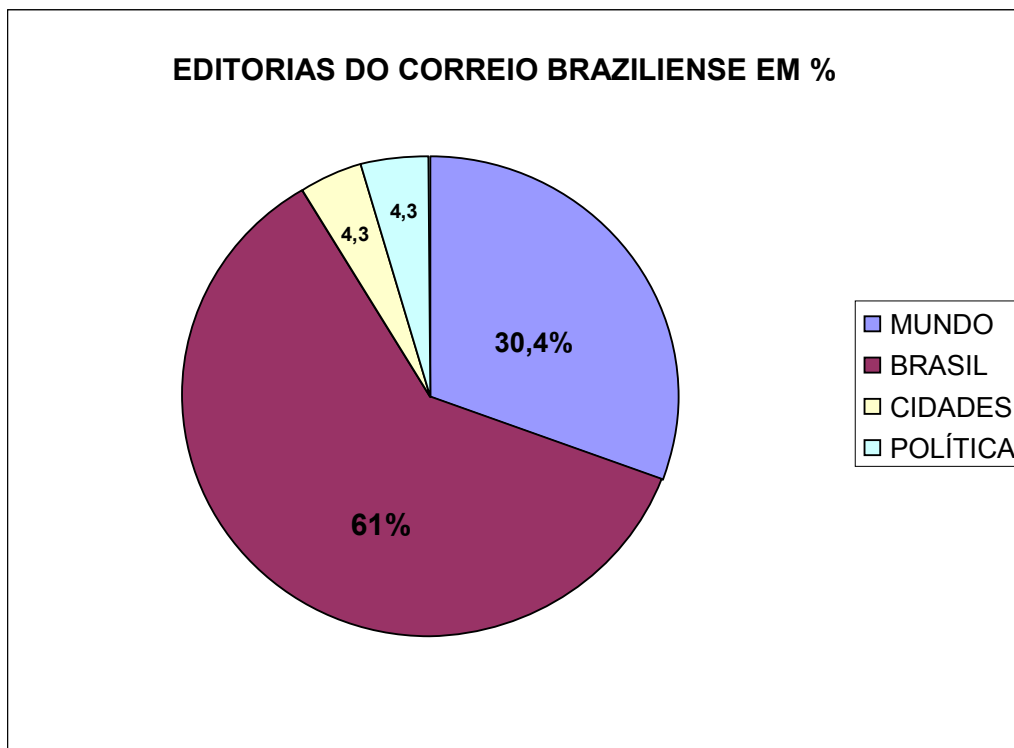
A nota está situada no canto inferior esquerdo da página, com pequeno grau de importância, não há foto e fontes, o conteúdo é neutro, pois apenas informa que o parlamento uruguaio vai votar a legalização do aborto.

07/11/07

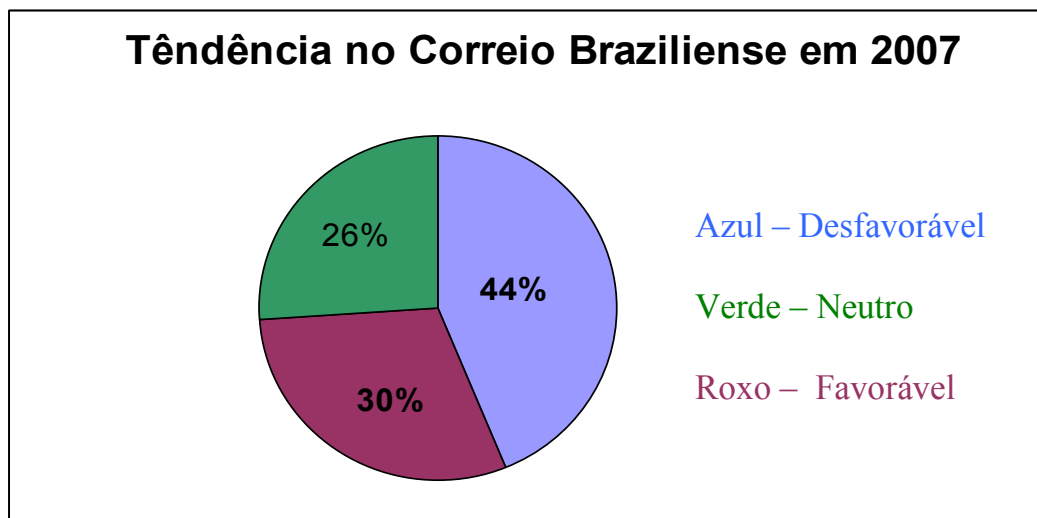
Título: Senado aprova aborto

A nota está situada no canto inferior esquerdo da página, com pequeno grau de importância, não há foto e fontes, o conteúdo é favorável, pois informa que o Senado uruguaio aprovou a descriminalização do aborto.

6.5 – Gráficos



A maioria das matérias analisadas tende a tendência desfavorável a descriminalização do aborto. Estas estavam nos caderno Brasil e Mundo do jornal Correio Braziliense.



7. Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo responder se o jornal Correio Braziliense foi imparcial?; Qual a tendência da maioria das reportagens? São neutras, contrárias ou favoráveis ao tema?; Qual o tamanho e peso das matérias no posicionamento na página?; O jornal utilizou de número suficiente de fontes? Mostrou os dois lados?; O jornal deu importância ao tema analisado?; Qual o papel social do jornalista?.

Após análise quantitativa e de conteúdo realizadas conclui-se que o jornal Correio Braziliense não foi imparcial, pois 44% do conteúdo analisado era de tendência desfavorável, 30% favorável e 26% neutra. Em relação ao tamanho das notícias e peso delas na página, concluiu-se que as matérias de tendência desfavorável na maioria dos casos analisados ocupam página inteira e chega a ganhar chamada de capa.

Em relação ao número de fontes, o Correio Braziliense praticamente em todo o material analisado escutou os dois lados da história. Para finalizar, o jornal não deu a importância necessária ao tema, pois saíram apenas 22 matérias e 1 chamada de capa, durante o ano de 2007. No que diz respeito ao papel social do jornalista, a pesquisa chegou à conclusão de que não foi cumprido, pois o jornal informou o leitor, mas não lhe deu indícios para lutar pela sua posição. Por exemplo: mostrar locais ou modos de impor seu desejo de cidadão sobre o Congresso, como avisar que assinaturas e pedidos para deputados são levados em consideração ao votar um projeto de lei ou medida provisória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LYPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STREY, Marlene Neves. **Mulher, estudos de gênero.** São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

VERUCCI, Florissa. **O Direito da Mulher em Mutação.** Belo Horizonte: LTDA, 1999.

AMARAL, Luiz. **A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA.** 1 ed. Porto Alegre: SAGRA – D.C. LUZZATTO, 1996.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** Porque as notícias são como são. 1 ed. São Paulo: Insular, 2004.

MONTEIRO, Graça F. A Notícia Institucional. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia.** 2 ed. São Paulo: EDITORA ATLAS. p. 140-142.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa.** 2 ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2004.

BAUER, Martin W. ANÁLISE DE CONTEÚDO CLÁSSICA: UMA REVISÃO. GASKELL, George e BAUER, Martin W. **PESQUISA QUALITATIVA COM TEXTO, IMAGEM E SOM.** 3 ed. Petrópolis: EDITORA VOZES, 2004. p. 189-215.

ANEXOS

EDITORIA BRASIL:

13/04/07



– Página 15 – Favorável
POLÊMICA

Ministro da Saúde recebe documento em defesa da interrupção da gravidez e diz que o tema “é uma ferida aberta na sociedade”

ULLISSES CAMPBELL

DA EQUIPE DO **CORREIO**

Ao defender a realização de um amplo debate sobre a legalização do aborto, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, foi aclamado ontem por mulheres da maior rede feminista do Brasil. Defensoras de mudanças na legislação, que atualmente proíbe a prática, com exceção de casos de estupro e gravidez de risco, elas aplaudiram Temporão e entregaram a ele uma carta defendendo o direito das mulheres de interromper a gestação. “É uma ferida aberta na sociedade brasileira e é um problema grave de saúde pública. Tem que ser enfrentado. E esse enfrentamento passa pelo Congresso Nacional e por um livre debate na sociedade brasileira”, discursou o ministro, durante evento na sede da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Segundo Célia Negrão, da Rede Feminista do Brasil, a discussão sobre a legalização do aborto é mais do que oportuna. “Há muito tempo não tínhamos um ministro que pensasse como a gente e tratasse o tema como caso de saúde pública. Centenas de mulheres morrem por ano por causa de abortos malsucedidos, feitos em clínicas clandestinas”, ressaltou Célia Negrão.

Após a reação enfática da Igreja Católica e de movimentos sociais contra a discussão em torno do assunto, Temporão ficou mais cuidadoso ao falar abertamente de aborto. Na última terça-feira, ressaltou que não defendia a interrupção da gravidez, mas apenas o debate. Para as feministas, o ministro disse que o Brasil precisa refletir sobre o tema. “É preciso tirar o véu dessa chaga para que ele (aborto) apareça e o Brasil possa pensar nesse problema de saúde”, disse. Temporão voltou a defender um plebiscito sobre a descriminalização do aborto.

Esterilização

No lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Planejamento Familiar, Temporão afirmou ser “radicalmente contra” a redução da idade para a esterilização de 25 para 18 anos. A Lei 9.263/96, que regulamenta as políticas de planejamento familiar, estabelece idade mínima de 25 anos para que homens e mulheres façam essa opção. O Congresso analisa várias propostas de alteração nessa lei. O deputado Maurício Trindade (PR-BA), que coordena a frente parlamentar, por exemplo, é autor de um projeto (313/07) que, entre outras mudanças, reduz para 23 anos a idade mínima para esterilização. Até agora, a frente conta com participação de cerca de 300 parlamentares, entre deputados e senadores.

Para Maurício Trindade, uma política de planejamento familiar efetiva é a principal forma de evitar o aumento do número de abortos no país. “Queremos fazer o planejamento para que as mulheres não acabem, por conta própria, fazendo o aborto”, defendeu.

Temporão classificou como “uma irresponsabilidade” a proposta de redução da idade para fazer a esterilização. Segundo ele, o ministério vem trabalhando para garantir o acesso de todos os cidadãos aos métodos contraceptivos. No ano passado, foram distribuídos 250 milhões de preservativos masculinos. Neste ano, um bilhão de unidades devem ser compradas.

Outro ponto polêmico do projeto de Trindade retira da lei a necessidade de autorização do companheiro para que a mulher faça a laqueadura de trompa. “Não estamos no século 18, onde o corpo da mulher pertencia ao homem.”

14/04/07



– Página 14 – Neutro

PLEBISCITO

Lula quer governo fora do debate sobre aborto

SANDRO LIMADA EQUIPE DO **CORREIO**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não quer envolver-se na polêmica em torno da descriminalização do aborto no Brasil. Ontem, durante reunião com o ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, e com os líderes do governo no Congresso, Lula determinou que a base aliada não tome posição a respeito do tema.

Segundo os líderes, o governo decidiu não entrar na discussão por considerar que esse não é um tema da competência do Executivo. “O governo não vai interferir nesse tema, que é da consciência religiosa de cada um”, disse o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDBRR). “É uma questão religiosa. Em hipótese alguma o governo vai se meter nisso”, afirmou o líder do governo na Câmara, José Múcio (PTB-PE).

A discussão sobre o aborto voltou à tona depois que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, defendeu um debate público sobre o tema e a realização de um plebiscito para decidir se o aborto deve ser legalizado no Brasil. No início da semana, em uma visita à Fortaleza, Temporão foi alvo de um protesto organizado pelo Movimento em Defesa da Vida – Brasil sem Aborto.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida e Contra o Aborto vai pedir audiência com o presidente Lula para questioná-lo sobre as afirmações de

Temporão, favoráveis ao aborto. No Senado, já foi aprovada proposta de plebiscito para que a população opine sobre a questão. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já se manifestou contra a realização da consulta.

15/04/07



– Página 15 – Foto no centro – Favorável

“Temos de enfrentar essa questão, a sociedade tem que opinar” José Gomes Temporão, ministro da Saúde

ABORTO

Proposta de consulta popular do ministro da Saúde para discutir a descriminalização desagrada presidente Lula e parlamentares

Plebiscito questionado

ALINE FALCO

DA EQUIPE DO CORREIO

Uma questão de saúde pública ou um atentado contra a vida? O polêmico debate sobre a legalização do aborto ganhou destaque nas últimas semanas. Tão logo assumiu o comando do Ministério da Saúde, José Gomes Temporão defendeu publicamente a idéia de uma consulta nacional a respeito dessa “ferida aberta na sociedade”. E vem recebendo críticas fortíssimas dos movimentos religiosos. Paradoxalmente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, defende abertamente que o governo se mantenha fora do debate. Em conversa com líderes da base aliada, na sexta-feira, Lula determinou aos parlamentares que não tomem partido na discussão. Um aliado do presidente, contudo, foi além. O governador do Rio, Sérgio

Cabral, apóia não só a idéia do plebiscito, mas também declara-se favorável ao aborto.

À semelhança do que ocorre em vários países, o Brasil cogita rever sua legislação a respeito do tema com uma consulta popular. O projeto, prevendo um plebiscito sobre a questão, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e vai a plenário no Senado. Mas a idéia não agradou não apenas quem defende, como também quem condena a interrupção da gravidez.

Nem todas as feministas são favoráveis à discussão do plebiscito. Por razões diferentes, organizações favoráveis à descriminalização criticam a idéia de plebiscito. A socióloga Dulce Xavier, da organização Católicas pelo Direito de Decidir acredita que colocar o tema da descriminalização da prática em um plebiscito é um retrocesso. “As discussões já estão muito mais avançadas. O Brasil já reconhecia a necessidade de revisão da lei antes mesmo foi incorporado a um projeto de lei. O documento recomendava a legalização da prática até 12 semanas de gestação, 20 semanas em caso de crimes sexuais ou em casos de doenças que coloquem a mãe ou o feto em risco de morte. Na época, as discussões não avançaram e o projeto foi arquivado. No início deste ano as discussões recomeçaram. “O projeto terá de passar novamente por todos os debates. É algo que ainda irá demorar”, prevê Elizabeth Saar, consultora do Centro de Estudos Feministas e Assessoria (Cfemea). Segundo Elisabeth, o movimento feminista é contrário ao plebiscito porque a decisão sobre realizar ou não um aborto é um direito individual. “Caso a maior parte da sociedade seja contrária à legalização, estará decidindo sobre uma questão íntima e individual. Isso é diferente de decidir sobre o uso ou não de armas, que pode afetar a sociedade”, argumenta, referindo-se ao referendo realizado em outubro de 2005. “Além disso, é preciso informar melhor a sociedade sobre a questão”, completa. Para o senador Valdir Raupp (RO), líder do PMDB no Senado, a discordância do movimento feminista e dos movimentos contra o aborto irá influenciar a chegada do projeto ao plenário, ainda que as razões sejam diferentes. “O assunto é polêmico. São paradigmas que devem ser quebrados, por isso o projeto deve passar por muitas discussões e modificações”, avalia. Ele prevê um prazo de dois a três anos para o fim dos debates. Raupp acredita que a influência desses movimentos, especialmente da Igreja, pode inclusive impedir o plebiscito. “A idéia vai enfrentar dificuldades de passar em plenário”, afirma o senador, que também se mostra

contrário à proposta: “É meio difícil a população estar preparada para votar temas dessa natureza”. de pensar em consultar a população”, observa a socióloga.

Argumentos

A grande quantidade de mulheres que morre ou sofre complicações por aborto clandestino foi o principal argumento utilizado pelo ministro da Saúde para defender a escolha popular. Uma estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) diz que, anualmente, mais de 1 milhão de mulheres fazem aborto clandestinamente e sem nenhuma segurança no país. Só em 2006, o SUS contabilizou 240 mil internações por curetagem pós-aborto. “Temos de enfrentar essa questão, a sociedade tem que opinar e decidir”, disse Temporão, argumentando que o problema é de saúde pública.

A saúde da mulher não funciona como argumento suficiente para quem discorda da idéia. Na Semana Santa, a descriminalização do aborto foi criticada pelo arcebispo do Rio, dom Eugênio de Araújo Sales, durante o Ato da Paixão de Cristo, apresentado para 10 mil pessoas. Também a Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto disse quer cobrar pessoalmente do presidente uma censura pública ao ministro da Saúde. Na segunda-feira passada, Temporão teve que enfrentar a manifestação de integrantes do Movimento Nacional em Defesa da Vida, em Fortaleza (CE).

Em 2005, uma comissão tripartite organizada pelo governo debateu o tema e o relatório final foi incorporado a um projeto de lei. O documento recomendava a legalização da prática até 12 semanas de gestação, 20 semanas em caso de crimes sexuais ou em casos de doenças que coloquem a mãe ou o feto em risco de morte. Na época, as discussões não avançaram e o projeto foi arquivado. No início deste ano as discussões recomeçaram. “O projeto terá de passar novamente por todos os debates. É algo que ainda irá demorar”, prevê Elizabeth Saar, consultora do Centro de Estudos Feministas e Assessoria (Cfemea).

Segundo Elisabeth, o movimento feminista é contrário ao plebiscito porque a decisão sobre realizar ou não um aborto é um direito individual. “Caso a maior parte da sociedade seja contrária à legalização, estará decidindo sobre uma questão íntima e individual. Isso é diferente de decidir sobre o uso ou não de armas, que pode afetar a sociedade”, argumenta, referindo-se ao referendo realizado em outubro de 2005. “Além disso, é preciso informar melhor a sociedade sobre a questão”, completa.

Para o senador Valdir Raupp (RO), líder do PMDB no Senado, a discordância do movimento feminista e dos movimentos contra o aborto irá influenciar a chegada do projeto ao plenário, ainda que as razões sejam diferentes. “O assunto é polêmico. São paradigmas que devem ser quebrados, por isso o projeto deve passar por muitas discussões e modificações”, avalia. Ele prevê um prazo de dois a três anos para o fim dos debates. Raupp acredita que a influência desses movimentos, especialmente da Igreja, pode inclusive impedir o plebiscito. “A idéia vai enfrentar dificuldades de passar em plenário”, afirma o senador, que também se mostra contrário à proposta: “É meio difícil a população estar preparada para votar temas dessa natureza”.

11/05/07



– Página 12 – Desfavorável

EM DEFESA DA VIDA: MILHARES DE JOVENS FIZERAM CORO À MENSAGEM DE BENTO XVI, QUE CONDENOU A DESCRIMINALIZAÇÃO DA INTERRUÇÃO DA GRAVIDEZ, EM DISCUSSÃO NO PAÍS

Título: CONSCIÊNCIA JUVENIL

Posição da Igreja sobre namoros fortuitos e sexo antes do casamento é apoiada por jovens católicos

RODRIGO CRAVEIRO

ENVIADO ESPECIAL

FERNANDA VELLOSO

ESPECIAL PARA O CORREIO

São Paulo — Muitos dos jovens que se encontraram ontem com o papa Bento XVI demonstraram estar de acordo com as posições do líder da Igreja Católica em relação a temas polêmicos, como aborto, células-tronco embrionárias e os namoros fortuitos — “ficar” — muito comuns entre os jovens. Com o nome do pontífice estampado na parte de trás da camiseta, a paulistana Lídia Carla Lemos, 24 anos, se posicionou contra a interrupção da gravidez. “Em primeiro lugar, temos de defender a vida”, justificou, acrescentando que o princípio vale também para as pesquisas com células-tronco embrionárias. “Não podemos manipulá-las como se fossem objetos, pois as células são criação de Deus e temos de respeitar a criação desde o seu início.”

Lídia também se opôs aos rápidos namoros sem compromisso. “Nosso corpo é símbolo de Cristo e não temos o direito de usá-lo para suprir uma carência ou necessidade”, lembrou. O acalorado debate foi lançado por uma controversa declaração do novo secretário-geral e porta-voz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Na última terça-feira, dom Dimas Lara Barbosa afirmou que a sociedade atual cultiva o senso do “descartável”. E polemizou: “O senso do descartável, do ‘ficar’, que era próprio das garotas de programa, é hoje vivenciado pelas adolescentes. Os meninos apostam entre eles para saber quem fica com mais garotas numa noite”.

Apesar de Lídia condenar a prática, ela não concorda com a associação com a prostituição. “Vejo o meu próximo como templo de Cristo e não como objeto”, sublinhou. Integrante de uma caravana de Juazeiro (BA), Josemar Soares Rosa Filho, 18 anos, admitiu que o tema do aborto é complexo. “O assunto deve se iniciar a partir do momento em que se surge a vida. Na fecundação ou quando o feto se cria e começa a funcionar?”, afirmou. Mas ele apóia a Igreja e alega que o poder de interromper a vida não é inato do ser humano. Sobre o suposto comportamento promíscuo dos jovens, Josemar se coloca a favor de um “ficar com respeito”. “Você deve ficar de uma forma que não utilize seu corpo ou a outra pessoa como objeto”, defendeu. Segundo ele, a prática ajuda a conhecer o próximo para um possível namoro.

“O bispo precisa falar forte para provocar as pessoas a refletirem sobre tal comportamento”, comentou Priscila Malnati, dentista brasiliense recém-formada, 24

anos . “A meu ver o que é condenável no ficar é a intenção de usar apenas o prazer de um momento, da falta de respeito com o outro”. Sua colega de viagem Mariana Mello, 23, estudante de administração, concorda: “Para mim, esse comportamento (ficar) mostra a falta de pudor que há em nossa sociedade. O problema que eu vejo é moral, de exposição fútil da intimidade das pessoas”.

DEMONSTRAÇÃO DE FÉ: O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL SAIU DE BRASÍLIA PARA VER DE PERTO O SUMO PONTÍFICE

ARRUDA ASSISTE À HOMILIA

Católico praticante, o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, compareceu ontem ao estádio do Pacaembu para assistir à homilia do papa Bento XVI, mas chegou quase em cima da hora. Passava das 17h15 quando ele entrou no estádio. Foi direto para as cadeiras reservadas às autoridades. “Não avisei que vinha, mas fui convidado pessoalmente pelo núncio, não podia deixar de comparecer”, explicou. Emocionado, Arruda não media as palavras e falava abertamente sobre fé, educação espiritual, além de temas como aborto e pesquisas com células-tronco.

“Eu vim por dois motivos: como católico que sou e como governante. Vejo minha presença aqui como representante dos brasilienses que não puderam vir. É parte da minha responsabilidade como governador. Em 1992, eu vi o papa João Paulo II e foi magnífico. Ajudei a construir o altar que depois virou a base da Catedral Rainha da Paz”, relatou.

O governador se posicionou abertamente contra o aborto. “Sou a favor da vida, estou do lado da Igreja”, comentou. Mesmo nos casos de má-formação fetal, Arruda tem dúvidas. Lembra que alguns dos países que permitiram o aborto sofreram posteriormente por conta do descontrole. “Ou seja, abriu-se precedente para que a criação da vida não fosse mais respeitada.” (FV)

23/05/07



– Página 17 – Favorável

TEMPORÃO: MINISTRO RECEBE PESQUISA DA UERJ NOS PRÓXIMOS DIAS

697 mortes em dois anos

ABORTO

Estudo aponta número de óbitos provocados pela interrupção da gravidez. Mas ONG avalia que problema não é de saúde pública

HÉRCULES BARROS

DA EQUIPE DO CORREIO

Jovens negras e de baixa renda, principalmente das regiões Norte e Nordeste, são as maiores vítimas de mortalidade materna por abortamento induzido. Considerado crime e praticado de forma clandestina, estima-se que entre 2000 e 2004 ocorreram 697 mortes provocadas por abortos no país. Em 323 casos, os óbitos foram de mulheres de 20 a 29 anos. A conclusão é do estudo Magnitude do Aborto no Brasil, divulgado ontem no Rio pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Financiada pelo Ministério da Saúde, a pesquisa mapeia os procedimentos hospitalares registrados no Sistema Único de Saúde (SUS) em consequência de abortos. A análise dos resultados será apresentada ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, nos próximos dias. O estudo reforça a posição em favor da descriminalização do aborto, que precisa ser encarado como um problema de saúde pública.

Embora a pesquisa constata que a incidência de abortos tenha diminuído entre 1992 e 2005, os coordenadores alertam que os índices ainda são

preocupantes. De três crianças nascidas, existe um aborto induzido em cada 100 nascimentos registrados. “A mortalidade materna e a internação por aborto no Brasil superam o padrão de normalidade internacional de menos de uma morte por abortamento em 100 nascimentos. Não dá mais para dizer que a preocupação do Ministério da Saúde é achismo”, observa a médica sanitária Leila Adesse, uma das coordenadoras do levantamento da UERJ. **Dados do SUS**

Em 2006 foram registradas 230.523 internações motivadas por curetagens pós-aborto no SUS, de acordo com o Ministério da Saúde. O atendimento correspondente aos casos de complicações decorrentes de abortamentos espontâneos e inseguros, gerando um custo de R\$ 33,7 milhões.

As curetagens são o segundo procedimento obstétrico mais praticado nas unidades de internação, superadas, apenas, pelos partos normais. Já as 2.068 internações relativas aos abortos por razões médicas e legais — em casos de risco à saúde da mulher ou gravidez provocada por estupro — custaram ao SUS R\$ 302,8 mil no ano passado.

Para o hematologista Herbert Praxedes, consultor do Movimento Pró-Vida Brasil Sem Aborto, os números de morte e de complicações motivadas pelo aborto clandestino tanto da pesquisa da UERJ quanto do SUS não justificam o problema como questão de saúde pública. “Eu fiz um levantamento no DataSUS de 1996 a 2002 sobre as mortes por complicações de abortos provocado e espontâneo. O número anual não chega a casa das duas centenas. Lógico que o ideal é não ter morte, mas daí a dizer que é problema de saúde pública vai longe”, critica.

O médico também faz ressalvas quanto à estimativa do ministério de que no Brasil ocorrem aproximadamente 1 milhão de abortamentos espontâneos e inseguros. “O país não tem leito nem para abrigar as mulheres em trabalho de parto”, aponta. “Como o SUS declara essa quantidade de abortamento?”

10/06/07



– Página 12 – Favorável

“AS PESSOAS ESQUECEM QUE NO MUNDO INTEIRO HÁ DUAS INDÚSTRIAS QUE PUXAM A INOVAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO E O CONHECIMENTO: A BÉLICA E A DE SAÚDE. O BRASIL NUNCA TEVE UMA POLÍTICA VOLTADA PARA ESSA PERSPECTIVA”

ENTREVISTA//JOSÉ GOMES TEMPORÃO

Governo quer atrair empresas farmacêuticas e ampliar a produção nacional de medicamentos

Vem aí o PAC da Saúde

GILSON EUZÉBIO E ULLISSES CAMPBELL

DA EQUIPE DO CORREIO

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, quer entregar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda este mês, um ambicioso plano para o setor. Vem sendo chamado no governo de “PAC da Saúde”. Entre as metas, a instalação de novos laboratórios e a vinda de multinacionais do setor farmacêutico e de equipamentos médico hospitalares para reduzir o déficit comercial de US\$ 6 bilhões registrado anualmente pela área. Em entrevista ao Correio, Temporão revela que uma comissão de especialistas internacionais virá ao Brasil para ajudar o governo a traçar medidas para o combate à dengue. Há dúvidas dentro do governo por que não foi possível controlar a doença até agora. Polêmico, o ministro deixa claro que não abre mão de suas convicções, mas está disposto a discutir com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a proposta de descriminalização do aborto. A quebra da patente de um medicamento — Temporão corrige: “o certo é licenciamento compulsório”— faz parte do esforço do governo para suportar o

crescente gasto com o tratamento dos doentes de Aids. Mas também é uma questão de Justiça. O Brasil não pode pagar mais caro, por um medicamento, do que outros países. A seguir, os principais trechos da entrevista:

O senhor tem falado na necessidade de aumentar a produção nacional de medicamentos. Como é possível?

Eu estive numa reunião da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) com toda a cadeia produtiva do setor, inclusive com representantes de outros setores —alimentos, cosméticos e farmacêutico, além do setor de máquinas, equipamentos e materiais. Criamos um comitê permanente pró-saúde para discutir essas questões, essa nova visão que não vê a saúde como gasto, mas como investimento e espaço de produção de riqueza e de emprego. Essa cadeia produtiva envolve a indústria farmacêutica, equipamentos, reagentes para diagnósticos, química fina — fundamental para a produção de medicamentos — e também envolve serviços. São 70 mil estabelecimentos no Brasil. O comitê é formado pelo Ministério da Saúde e integrantes da Fiesp.

Qual será a função desse comitê?

É preciso caracterizar a importância estratégica do setor, que também envolve um conjunto de tecnologias de futuro, como biotecnologia, microeletrônica, nanotecnologia e novos materiais. A saúde tem uma dinâmica bem interessante. Ao contrário de outros setores que incorporam tecnologia reduzindo empregos, na saúde temos exatamente o contrário. Quanto mais tecnologia é incorporada, mais cirurgiões, fisioterapeutas, enfermeiros e psicólogos, mais gente, é preciso. Além disso, o setor movimenta hoje entre 8% e 10% do PIB brasileiro. Temos 7,5 milhões de empregos diretos e indiretos. O mercado farmacêutico gira R\$ 22 bilhões por ano. Em equipamentos, R\$ 8 bilhões. De hemoderivados, mais de R\$ 2 bilhões. Se somarmos a dimensão dos serviços, quanto governo federal, estados e municípios gastam em hospitais, clínicas e postos de saúde, temos mais R\$ 80 bilhões envolvidos. Metade é pelo Ministério da Saúde.

Isso é só no setor público?

Somados os R\$ 40 bilhões do setor privado, temos R\$ 120 bilhões. Isso apenas em serviços, além dos números da indústria. Qual o problema desse segmento?

Primeiro, a insuficiência do financiamento à saúde. Os números são impressionantes, mas não quando você compara a participação percentual do setor público, em torno de 45%, com países com sistemas de saúde semelhantes ao do Brasil, como Inglaterra e Canadá. Nesses países, a participação pública está em torno de 70%. O Brasil gasta menos per capita do que Argentina e Chile. Há ainda uma perda de competitividade gradativa das indústrias brasileiras. Hoje o déficit comercial do setor está em torno de US\$ 6 bilhões ao ano, se considerarmos todo o conjunto de indústrias.

O plano é produzir no país todos os medicamentos?

Estabelecemos com a indústria um canal para receber as demandas e promover a produção. É claro que a gente não vai fazer de maneira genérica. Vamos ter que ter foco. Se abrir um leque absurdamente amplo desses produtos, perde-se a direcionalidade e o foco. São três dimensões: capacidade nacional, seja ela potencial ou instalada; onde há relevância epidemiológica — problemas de saúde pública relevantes; e grande impacto nos gastos públicos.

A idéia é tentar usar essas três categorias para definir prioridades. Por exemplo, que insumos da indústria farmacêutica serão estimulados para produzir aqui dentro? Que tipo de equipamentos? Vacinas? Ou reagentes?

O comitê é quem vai definir?

Não. Será o governo. A idéia é que comitê seja espaço para trazer as demandas. Não posso ficar lançando uma política que não ecoa no setor privado. O governo tem interesse, então as demandas serão captadas no setor privado, bem como propostas e sugestões para propor essa política.

Tal estratégia inclui os medicamentos retrovirais, usados no tratamentos de doentes de Aids?

Sim. Eles são relevantes do ponto de vista da saúde pública por conta da epidemia e têm um grande impacto no orçamento do Ministério da Saúde. O Brasil já tem uma capacidade instalada de laboratórios que produzem antiretrovirais genéricos. Esses medicamentos também estariam na agenda.

Quando o plano estará pronto?

Isso faz parte do “PAC da Saúde” que o ministério está preparando para submeter ao presidente Lula. É uma das cinco ou seis dimensões do programa.

A proposta é importante porque é nova. A saúde no Brasil nunca foi vista com essa dimensão. Sempre foi tratada como atenção à saúde, na dimensão de hospital e do problema. As pessoas esquecem que no mundo inteiro há duas indústrias que puxam a inovação, o desenvolvimento e o conhecimento: a bélica e a de saúde. O Brasil nunca teve uma política voltada para essa perspectiva. Na Fiocruz, eu trabalhava com essa questão. O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, é afinado com essa visão, assim como o ministro da Indústria e Comércio, Miguel Jorge.

Qual foi a receptividade da proposta na Fiesp?

De entusiasmo. Foi a primeira vez que um ministro da Saúde se reuniu com o empresariado paulista e apresentou uma proposta com essa concepção.

Depois da quebra da patente do Efavirenz, existem estudos para quebrar a patente de outros medicamentos?

Quebra de patente, não. O certo é licenciamento compulsório. Quebra de patente é o discurso que a oposição e a indústria usam. Vou explicar por que não é quebra de patente: a gente está pagando royalties ao laboratório Merck. Vamos comprar genéricos de um laboratório indiano, mas continuamos pagando os royalties pela patente, dentro da lei internacional. Não existe nenhuma perspectiva a curto prazo que a gente tome alguma decisão semelhante com relação a outro medicamento. Pelo contrário, existe perspectiva de nós fecharmos um acordo de redução de preço com outro laboratório, de um medicamento importante, o que vai demonstrar que aquela foi uma situação específica de impossibilidade total de acordo que fosse considerado razoável pelo governo. Por isso o licenciamento compulsório.

A negociação é com a Roche?

Não, acho que é com a Abbot.

E aquela previsão de que o programa de combate a Aids está próximo de um colapso por conta da entrada de novos pacientes no programa a cada ano?

Eu não tenho essa visão. É evidente que é um peso grande no orçamento. Até porque a lei garante a todos atendimento universal. Vamos gastar este ano, só em medicamentos, no coquetel anti-Aids, perto de R\$ 1 bilhão. É evidente que o

governo está preocupado com essa questão. Exatamente por isso o esforço de renegociar preço com os laboratórios, para garantir a sustentabilidade econômica do programa. Mas não vejo qualquer risco no curto ou médio prazo de insolvência do programa. Pelo contrário. Nossa estratégia é garantir a viabilidade econômica do programa e manter a qualidade. Acabei de receber parlamentares da União Européia, com representação da Índia e da África do Sul que vieram conhecer o nosso programa. Eles querem saber como é que o Brasil, que não é um país rico, conseguiu garantir atendimento universal e reduzir drasticamente a mortalidade por causa da Aids. O programa é referência mundial também em termos de prevenção, educação e distribuição de camisinha. É um programa importante. A gente sabe que o Brasil está indo bem. É evidente que temos preocupação em garantir a sua sustentabilidade financeira.

E a discussão sobre o aborto?

A poeira já assentou?

Prefiro falar em interrupção voluntária da gravidez. É evidente que a sociedade abriu muito o leque do debate, o que acho altamente positivo. E o governo recolocou a questão no contexto do planejamento familiar, programa que o presidente Lula lançou há alguns dias. Estamos com uma campanha de mídia grande para dar ao cidadão informações. É ele quem deve decidir o número de filhos que quer. E garantir acesso aos métodos anticoncepcionais. Nós estamos fazendo mudanças importantes. Dobrando a distribuição de pílulas, introduzindo a pílula na farmácia popular com preços de R\$ 1,50 cada cartela. Essa estratégia vai reduzir a possibilidade que se chegue diante de uma situação de uma gravidez indesejada. A questão da legalidade, das mudanças na leis que hoje regulam essa questão está no Congresso Nacional. Se haverá plebiscito ou não, por lei ordinária, é o Congresso Nacional quem vai decidir. Coloquei minha opinião mais como sanitaria do que como ministro. Acho que a consulta popular tem um papel pedagógico: as pessoas participam, discutem, se posicionam.

O senhor recebeu uma carta da CNBB sobre essa questão?

Não, não recebi. Mas não tenho nenhum problema em sentar com a CNBB e conversar. Aliás, fizemos uma bela parceria com senhora Zilda Arns (coordenadora

da Pastoral da Criança). Estamos abertos a receber as pessoas de várias opiniões, ouvi-las com toda a atenção. Mas é claro que estamos num Estado laico e que a questão da defesa da saúde pública é uma questão central.

Há informações sobre novos focos de dengue, com muitos casos no Piauí, por exemplo. O que o governo vai fazer?

A dengue é complicada por causa das características climáticas do Brasil, da precariedade de saneamento ambiental, da pouca consciência das pessoas em relação ao combate permanente, que é fundamental. Eu pedi que um grupo de especialistas não vinculados a governos, inclusive estrangeiros, ligados à Organização Panamericana de Saúde (Opas), se reúnam — o que está acontecendo este mês — para fazer uma avaliação da política brasileira. Onde é que erramos e acertamos. Onde temos que concentrar esforços, onde estamos no caminho correto e estamos frágeis. Para que a gente possa ter, ainda neste semestre, um conjunto de diretrizes que permitam aperfeiçoar a política para chegar a resultados melhores. Mas, uma coisa tenho clareza: sem uma grande mobilização permanente e persistente da sociedade, todo ano vai acontecer a mesma história. A preocupação maior é porque a letalidade da doença aumentou. Isso pode significar alguma coisa relacionada à virulência do vírus, mas também um problema de diagnóstico precoce. As pessoas não procuraram o serviço de saúde precocemente. Ou o médico que atendeu não está adequadamente preparado para fazer um diagnóstico correto. Sem um trabalho adequado nas três esferas governamentais — federal, estadual e municipal —, nada vai acontecer. Temos que fazer novas campanhas, temos que mobilizar. Cuba conseguiu controlar com uma gigantesca mobilização popular.

16/08/07



– Página 25 – Desfavorável

Título: Manifestação contra o aborto

MANIFESTANTES QUERIAM PRESSIONAR POLÍTICOS E LIDERANÇAS SOCIAIS CONTRA AVANÇO DE PROPOSTA QUE ESTÁ NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESSÃO

Cerca de 6 mil pessoas tomaram parte da Esplanada dos Ministérios para protestar contra projeto que regulamenta direito das mulheres à interrupção da gravidez. Ministro da Saúde foi um dos alvos principais.

HÉRCULES BARROS

DA EQUIPE DO CORREIO

A Esplanada dos Ministérios voltou a ser palco de uma queda de braço entre movimentos religiosos e feministas. No olho do furacão, a legalização do aborto. Cerca de 6 mil pessoas pararam o trânsito no Eixo Monumental ontem à tarde durante a Marcha Nacional Brasil Sem Aborto. Pela manhã, uma tímida manifestação em favor da descriminalização da prática abortiva se juntou à Marcha pelo Dia Nacional de Mobilização da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os dois segmentos divergem de opinião sobre o projeto de lei que prevê critérios para a realização de interrupções voluntárias de gravidez.

Em tramitação na Câmara dos Deputados há 15 anos, a proposta não foi aprovada por apenas um voto, em 2005, na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). A matéria permite a realização de um aborto até a 12ª semana por decisão da mulher; até a 20ª semana quando a gravidez decorre de violência sexual; e a qualquer tempo, em casos de anomalias fetais incompatíveis com a vida e em

casos de grave risco à saúde ou à vida da mulher. O atendimento seria garantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O ato contrário ao aborto pretende sensibilizar políticos e lideranças de diversos segmentos sociais para evitar a aprovação da matéria na CSSF da Câmara. “Precisamos nos mobilizar. Diferente de 2005, a proposta tem a aprovação do ministro da Saúde (José Gomes Temporão). Isso é perigoso”, afirmou o deputado Luiz Bassuma (PT-BA), da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Contra o Aborto. Quando a caravana que reuniu católicos, espíritas e evangélicos de sete estados e do Distrito Federal passou em frente ao Ministério da Saúde, os participantes gritaram em coro: “Aborto não, desiste Temporão”.

Segundo os organizadores do protesto, em Fortaleza (CE) e em Manaus (AM) também houve manifestações contra o aborto. “Precisamos dar voz a 67% da população brasileira que, segundo pesquisa DataFolha, quer que a legislação sobre o assunto permaneça como está”, detalhou o filósofo Jaime Ferreira Lopes, coordenador nacional da marcha.

A favor

Na passeata feminista da CUT, menos de 20 pessoas vestiam camisetas lilás com a frase: Chega de silêncio e hipocrisia. Aborto seguro e legal é direito das mulheres. “Legalizar não significa praticar aborto, mas regulamentar o procedimento dentro do SUS. Não dá mais para fechar os olhos e ignorar os problemas decorrentes do aborto clandestino”, explicou a advogada Carla de Paiva Bezerra, assessora política da CUT-DF.

As manifestações na Esplanada ocorrem dois dias antes da abertura da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. De 17 a 20 de agosto, mulheres brasileiras estarão reunidas em Brasília para avaliar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e para discutir sua participação nos espaços de poder. Em 2004, a primeira conferência recomendou ao governo brasileiro rever a legislação punitiva que trata da interrupção da gravidez.

Uma comissão tripartite, composta por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e por organizações da sociedade civil, elaborou o anteprojeto de lei que foi entregue à CSSF da Câmara. Em abril, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reacendeu a discussão ao defender o estado laico, durante a visita do Papa Bento XVI ao Brasil.

O abortamento inseguro é considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como questão de saúde pública. Por ano, o SUS atende uma média de 230 mil mulheres para tratar de complicações decorrentes de abortos clandestinos. Os problemas decorrentes da interrupção ilegal da vida são a quarta causa de morte materna no país, segundo dados do Ministério da Saúde. O ministro Temporão foi alvo das polêmicas do aborto no início deste ano quando fez declarações sustentando que o problema é de saúde pública.

11/10/07



– Página 16 – Neutro

Título: Guerra de números na Câmara

HÉRCULES BARROS

DA EQUIPE DO CORREIO

A discussão sobre a descriminalização do aborto no Brasil virou um bate-boca de números ontem durante audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara. Contrários e favoráveis à proposta discordaram das estimativas do Ministério da Saúde em relação à quantidade de abortos realizados no país. Diante da queda de braço, o relator do projeto de lei, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), adiantou que vai apresentar seu relatório final até o fim de novembro.

Mudalen considera imprescindível a presença do ministro José Gomes Temporão no próximo debate, marcado para 21 de outubro. “Vai ser uma oportunidade do ministro esclarecer os números conflituosos”, avaliou.

Integrante da Frente Nacional Contra a Legalização do Aborto, a ex-senadora Heloísa Helena destacou que a interrupção voluntária da gravidez não pode ser classificada como “gravíssima”, dada a pequena quantidade de mortes decorrentes do procedimento. Para justificar sua fala, a ex-senadora apresentou publicação do Ministério da Saúde de 2006. “Os dados mostram que em um total de 429 mil mortes de mulheres no Brasil, somente 216 foram em função de abortos, provocados ou não. Não é sério dizer que esse é o principal problema de saúde pública”, diz.

A matéria em discussão na Câmara prevê a interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana por decisão da mulher; até a 20ª quando a gestação decorre de violência sexual; e a qualquer tempo em casos de anomalias fetais incompatíveis com a vida ou de riscos à vida da mulher. O ginecologista Cristiano Fernando Rosas argumentou que a mudança na lei vai beneficiar, principalmente, as gestantes pobres. “As maiores vítimas de mortalidade provocada por essa prática são negras, pobres e de baixa escolaridade”, afirmou.

Presidente da Comissão Nacional de Violência Sexual e Interrupção da Gravidez em Casos Previstos em Lei, da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo-SP), Rosas citou estimativas do ministério para afirmar que cerca de 1 milhão de abortos são induzidos e que 250 mil mulheres são internadas a cada ano, no país, por complicações decorrentes da interrupção da gravidez. De acordo com o ministério, o Sistema Único de Saúde atende uma média de 230 mil mulheres para tratar de complicações decorrentes de abortos clandestinos e que os problemas decorrentes da interrupção ilegal da vida são a quarta causa de morte materna no país.

14/10/07



– Página 13 – Favorável

Título: Mães anônimas

Projeto polêmico poderá permitir que mulheres dêem à luz sem assumir responsabilidade legal sobre o filho.

“O QUE É MAIS IMPORTANTE: SABER SUA ORIGEM OU VIVER?” Ives Gandra, constitucionalista

HÉRCULES BARROS

DA EQUIPE DO CORREIO

O recente caso do bebê que morreu depois de ser jogado pela mãe dentro de um rio, em Belo Horizonte (MG), provocou uma mobilização que pode resultar em um projeto de lei para ampliar a adoção no Brasil. Quatro mil juízes, promotores e advogados vão discutir no próximo mês, na capital mineira, a criação da lei do parto anônimo. O procedimento permite que a mulher dê à luz na maternidade, sem precisar se identificar ou assumir qualquer responsabilidade legal sobre o filho. Adotada em países como Bélgica, França e Itália, a prática procura evitar situações extremas, como aborto e abandono do recém-nascido pela mãe. O assunto, porém, é polêmico.

“Vamos elaborar uma proposta de projeto de lei para tentar resolver as formas trágicas do abandono que vêm acontecendo”, explica o advogado Rodrigo da Cunha, representante do Instituto Brasileiro de Direito da Família (Ibdfam). “É trazer de volta um procedimento medieval”, rebate a procuradora do estado de São Paulo, Flávia Piovezan. Ela se refere à roda dos enjeitados — o mecanismo no formato de um semicírculo que existia na entrada dos conventos para as mães deixarem o filho indesejado, sem perder o anonimato.

Segundo Piovezan, o parto anônimo viola o direito de livre escolha da mulher e pode servir de instrumento para grupos que querem o endurecimento das leis contra o aborto, em um momento em que se discute a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez no Executivo e no Legislativo. Outro impedimento apontado por Piovezan é a omissão do nome dos pais biológicos ao nascituro. “O direito à identidade está implícito na Constituição”, defende.

Rodrigo Cunha reconhece que a proposta é uma reedição da roda dos enjeitados. O advogado também admite que o anonimato da mãe pode ser um problema para quem precisa saber a origem dos genitores em caso de tratamento

de doenças congênitas. Mas ressalta que, no caso das inseminações artificiais, os doadores também não são registrados.

Favorável à proposta, o constitucionalista Ives Gandra não vê problema constitucional na adoção pelo país do parto anônimo. De acordo com Gandra, o direito à vida, previsto no artigo 5º da Constituição, prevalece sobre todas as outras leis. Inclusive o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê o direito da criança saber quem são seus pais. “O que é mais importante: saber a sua origem ou viver?”, questiona. Para o jurista, não há nada pior do que a rejeição materna. “Mães que não quiserem o filho que entreguem. O Estado tem de garantir o direito da criança”, argumenta.

Para o Ministério da Saúde, o ideal é priorizar o planejamento familiar e evitar a gravidez indesejada. “Mudar uma lei não é fácil. Essa discussão ainda está no âmbito da ginecologia”, adverte a diretora-adjunta do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas (Dapes) do ministério, Lena Peres. Segundo ela, muitas famílias não sabem, mas uma opção para quem teve uma gravidez indesejada é procurar a Justiça ainda na gestação para dispor o bebê para adoção.

A prática não é uma novidade no Brasil, na avaliação da advogada Sílvia Pimentel, do Comitê Latino Americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, que não conhecia a expressão “parto anônimo”. A opinião de Pimentel é confirmada pela Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Segundo a secretária-executiva da rede, Télia Negrão, o abandono de bebês nas maternidades brasileiras é comum. No entanto, Télia considera que o procedimento não enfrenta o problema da gestação indesejada. “É necessário assegurar às mulheres a possibilidade de escolher por não ter a criança. O que significa o acesso a todos os meios de evitar a gravidez, incluindo o aborto e sua descriminalização”, destaca.

Apesar de também desconhecer a terminologia, o médico Jorge Andalatf, da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), considera que de certa forma o parto anônimo já ocorre quando famílias que pegam crianças para adoção as registram como filhos legítimos. O médico acredita que a medida pode ajudar as vítimas de estupro que não querem fazer a interrupção da gravidez por razões filosóficas ou religiosas. “Essas mulheres geralmente não reconhecem a gestação. Não se identificam com a maternidade”, explica.

Especialista em aborto legal, o médico conta que 30% dos atendimentos por abortamento registrados na cidade de São Paulo têm histórico de violência.

19/11/07 – CAPA



19/11/07 – REPORTAGEM



– Página 6 – Desfavorável

Título: Aborto é rejeitado

CERCA DE 70% DOS DELEGADOS REJEITARAM A PROPOSTA, NA PRIMEIRA VOTAÇÃO DO DIA. VOTOS FORAM DADOS AOS GRITOS DE “SIM À VIDA”

SAÚDE

Uma reviravolta surpreendente fez com que a proposta de legalização da interrupção de gravidez fosse derrubada ontem, na plenária final da 13ª Conferência Nacional do setor. Pressão religiosa funcionou.

RENATO FREIRE

DA EQUIPE DO CORREIO

Depois de quatro dias sendo exaustivamente debatida, a proposta que causou mais polêmica durante a 13ª Conferência Nacional de Saúde foi reprovada ontem, para surpresa de seus defensores. De acordo com a organização do evento, cerca de 70% dos 4,7 mil delegados estaduais que se reuniram em Brasília votaram contra a descriminalização do aborto — para uma proposição ter a vitória decretada, era necessário contar com o apoio da maioria simples dos votantes. Com o resultado, o assunto ficou de fora do relatório final da conferência e não será encaminhado ao governo federal como sugestão de política pública de saúde, a exemplo dos que foram aprovados.

O resultado surpreendeu aqueles que consideravam a vitória garantida, até porque a proposta, ao longo da conferência realizada de quinta-feira até ontem, havia conseguido aprovação em sete das 10 plenárias realizadas durante o encontro. “Mas nada estava definido. Depois de encerrado o debate na plenária, os grupos começam a se mexer, a buscar mobilização. Não dava para dizer quem seria mais eficaz”, comenta Francisco Batista Júnior, presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que, apesar da explicação, confessou ter ficado surpreso com o desfecho da disputa.

E nem foi preciso esperar muito pela votação. Dos temas que não haviam atingido consenso durante o evento, a proposta de descriminalização do aborto foi a primeira ser decidida, ainda pela manhã. O acirramento de ânimos dos participantes pôde ser visto quando Batista Júnior, que conduzia a mesa, leu a proposição. Foi a senha para grandes grupos organizados na platéia puxassem com insistência os coros “supressão”, referindo-se à eliminação da proposta, e “sim à vida”. Quando foram convocados a votar, cerca de 70% ergueram os crachás em movimento de rejeição. “Fica aprovada, então, a supressão do texto”, afirmou, de microfone em punho, o presidente do CNS.

Uma das vozes contrárias à descriminalização da interrupção da gravidez, Clóvis Bouffleur, gestor de relações institucionais da Pastoral da Criança e representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), considerou fundamental, para o resultado, a inclusão da palavra aborto no texto da proposta. “Isso deixou as coisas às claras. Desse modo, as pessoas sabem no que estão votando, o que não acontecia quando o termo estava implícito”, afirma Bouffleur.

Reclamação

Quem não gostou da reprovação foi Adson França, diretor do departamento de ações programáticas e estratégicas do Ministério da Saúde – a proposta chegou a ser defendida abertamente pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, na semana passada. “Achei surpreendente que um tema dessa magnitude tenha sido o primeiro na pauta do dia. Tem delegações que nem chegaram ainda”, criticou, pouco depois da votação, o representante do ministério. “E continuo achando esse resultado final meio estranho, tendo em vista que a proposta vinha sendo aprovada nos dias anteriores. E não houve sequer debate nessa plenária final. Não temos medo do debate, ao contrário deles”, ironiza.

Embora fosse indiscutível, a vantagem apontada por França não significava vitória garantida. A proposta entrou na pauta de ontem porque obteve aprovação de 30% a 69% dos delegados em mais de seis plenárias. As proposições que haviam conseguido a aprovação de pelo menos 70% em no mínimo seis sessões sequer foram levadas à discussão no domingo — estavam automaticamente garantidas no texto final. Em cada plenária, havia cerca de 300 delegados votantes.

Bouffleur, que temia a derrota e afirmava, ainda no sábado, que a questão contava com a força do governo e dos movimentos trabalhadores, creditou o sucesso da empreitada à capacidade de mobilização dos grupos religiosos. Ele afirma ter conseguido apoio entre movimentos indígenas, organizações ligadas a hospitais filantrópicos e outros grupos. “Fizemos trabalho de conscientização, panfletagem, corpo a corpo e garantimos a presença dos nossos representantes aqui, para que houvesse quórum”, explica. Batista Júnior reforçou o argumento. “Quando entenderam a polêmica, eles partiram para se articular”, diz.

Feministas lamentam

Ao contrário dos grupos religiosos, integrantes dos movimentos feministas lamentavam a derrota. “Quem perde são as mulheres pobres, que não têm recursos para interromper a gestação em clínicas de qualidade. Mas isso é só uma batalha e a discussão não termina aqui”, resigna-se Clair Castilhos, presidente da Rede Nacional Feminista de Saúde. Bouffleur rebate o argumento. “O aborto não é solução, e sim programas de prevenção, atendimento, pré-natal. Defendemos a vida”.

É a segunda vez seguida que a proposta de descriminalização do aborto, apoiada abertamente pelo governo federal, foi derrubada. Na 12ª Conferência

Nacional da Saúde, realizada em 2003, primeiro ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a idéia também foi rejeitada. No sábado, outra proposta governamental, que previa a criação de um novo modelo de gestão dos hospitais públicos, por meio de Fundações Estatais de Direito Privado, já havia sido recusada por unanimidade.

22/11/07



– Página 14 – Desfavorável

Título: Relator de comissão rejeita o aborto

JORGE TADEU MUDALEN (DEM-SP) CONDENOU A DESCRIMINALIZAÇÃO

Depois de ser reprovada pela 13ª Conferência Nacional de Saúde, a proposta de descriminalização do aborto no Brasil, defendida pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, sofreu ontem novo revés. O projeto de lei que permite a interrupção da gravidez recebeu parecer desfavorável na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados. O relator do projeto, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), rejeitou a legalização do aborto, prevista na proposta de lei, alegando que o tema é polêmico. Ele disse que fez algumas modificações no seu parecer para incorporar a decisão da conferência de saúde, referendada no final de semana.

“A prática do aborto é a culminância de um longo processo tortuoso em que a gestante não pôde ser atendida de forma adequada em várias fases de sua vida. Não contamos ainda no Brasil com um programa de esclarecimento sobre o planejamento familiar, ainda há problemas na área de assistência social, de geração de emprego”, disse o relator. “Não é adequado acreditar que uma questão pontual

seja capaz de dar uma solução adequada a um quadro tão problemático”. Ele lembrou que os juízes podem reduzir a pena — hoje de um a três anos de prisão — “considerando circunstâncias atenuantes”.

Apesar da rejeição, o parecer de Mudalen não chegou a ser votado pela comissão. Isso porque os deputados pastor Manoel Ferreira (PTB-RJ) e Dr. Talmir (PV-SP) pediram vista do relatório para analisá-lo com mais cuidado. Eles alegam que se trata de um tema complexo e polêmico. O adiamento da votação dará novo fôlego aos que defendem a proposta, já que em 5 de dezembro haverá uma audiência pública na Câmara para debater o tema. A presença de Temporão já está confirmada.

Argumentos

O ministro da Saúde tem defendido a tese de que o aborto é uma “questão de saúde pública” e por isso a legalização deve ser debatida pela sociedade e pelo Congresso Nacional. No entanto, Temporão enfrenta a resistência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se movimenta pelos bastidores para convencer parlamentares a votarem contra o projeto. O lobby da Igreja Católica fez com que a proposta fosse rejeitada por 70% dos cerca de 3 mil delegados presentes na Conferência Nacional de Saúde, concluída no domingo passado.

O relator do projeto disse que o aborto pode ser evitado com investimentos em saúde e educação e não há necessidade de se “tirar uma vida”. Em seu relatório, aponta que a opção pelo procedimento ocorre quando a mulher “desvalida e desassistida” precisa de apoio. Mudalen diz que “não tem sentido oferecer apoio apenas ao final de um longo processo errático”, ao criticar a falta de políticas de planejamento familiar e infra-estrutura social que poderiam evitar a opção pelo aborto.

Após tomar conhecimento do parecer do relator do projeto, a deputada Cida Diogo (PT-RJ), da base aliada do governo, acusou o relator de desrespeitar um acordo feito na comissão para só apresentar o relatório depois da audiência de Temporão. “Nós vamos reunir os deputados favoráveis ao aborto para discutirmos uma estratégia de aprovar o projeto”, ressaltou a parlamentar.

Outro ponto polêmico que estava em questão na Comissão de Seguridade Social da Câmara era a permissão do aborto no caso de bebês anencéfalos. No entanto, o projeto que tratava do assunto deixou de ser relatado por Mudalen e passou a ser estudado pela deputada Rita Camata (PMDB-ES). O detalhe é que a

Comissão de Seguridade já aprovou esse projeto em 2005. “Eu não posso relatar um projeto que já passou pela comissão. Essa proposta está há dois anos na Comissão de Constituição e Justiça aguardando votação”, disse ontem a deputada. Rita Camata ressaltou ser favorável à interrupção de gravidez em casos de anencefalia. (UC)

05/12/07



– Página 12 – Desfavorável

Título: Polêmicas travadas

HÉRCULES BARROS

DA EQUIPE DO **CORREIO**

Enquanto a base aliada do governo no Congresso se mobiliza para ajudar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a prorrogar o prazo da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a sociedade civil amarga mais um ano sem ver aprovados projetos de lei que provocaram intensa mobilização social. Propostas que tramitam há anos, como a descriminalização do aborto, a legalização do casamento gay, a redução da maioridade penal e o pacote antiviolença, foram motivo de discussões e até de bate-bocas eventuais nas sessões da Câmara e do Senado durante 2007, mas a duas semanas do recesso parlamentar os temas polêmicos só devem retornar —se retornarem— à agenda dos parlamentares em 2008.

Projetos como os que prevêem endurecimento das leis no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes chegaram perto da votação final este semestre, mas apenas um foi sancionado pelo presidente Lula no mês passado. A

nova lei obriga bares, hotéis e outros estabelecimentos comerciais a fixar cartazes advertindo os clientes de que a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. As outras propostas se arrastam desde 2004, quando a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual apresentou relatório sugerindo alterações no Código Penal, no Código de Processo Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Para aprovar em 15 dias o que os parlamentares não apreciaram em três anos, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aposta em promessas. “Há poucos dias o presidente da Câmara (Arlindo Chinaglia) disse, em audiência com representantes da frente, que vai tentar colocar em votação até o fim do ano pelo menos o PL-4.850 de 2005”, ressalta a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS). O projeto citado amplia a definição de estupro como crime contra qualquer pessoa e não só contra mulheres, como está no Código Penal, de 1940.

“Se o projeto tivesse sido aprovado, teríamos um maior rigor na imputação de responsabilidade dos funcionários públicos no caso da jovem de 16 anos vítima de abuso sexual em uma cela de delegacia no Pará”, observa Rosário. Esta semana, representantes de organizações em defesa da criança e do adolescente vão fazer um corpo-a-corpo com os parlamentares, durante a 7ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança. O evento deve reunir 1,5 mil pessoas em Brasília até amanhã.

Aprender lobby

Representante do Ministério da Educação (MEC) no estado de São Paulo, a ex-deputada Iara Bernardi (PT-SP) atribui a morosidade à falta de mobilização social. Para ela, determinados setores da sociedade precisam aprender a fazer “lobby positivo”. Bernardi considera “insuficiente” a pressão dos ativistas para acompanhar, por exemplo, o projeto de lei que criminaliza a homofobia. A proposta dela, protocolada em 2001, passou na Câmara em dezembro de 2006 e está em tramitação no Senado, mas deve sofrer modificações e voltar à avaliação dos deputados. “Está clara a estratégia de se emperrar o projeto. Determinados setores da sociedade precisam saber qual o comprometimento do candidato durante a eleição”, destaca.

Apesar de contar com o apoio do governo federal, a legalização do aborto está parada há pelo menos dois anos na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara. Pouco adiantou o governo Lula criar uma comissão tripartite

para elaborar um projeto de lei para o aborto. As audiências públicas na comissão não avançam, em meio à briga de parlamentares a favor e contrários à causa, apoiados por eleitores feministas e religiosos, respectivamente.

Independentemente da disposição ou não dos parlamentares de imprimir celeridade às propostas, as reivindicações das instituições sociais que chegarem ao plenário das duas casas devem empacar. Na Câmara, por exemplo, três medidas provisórias trancam a pauta de votações. Além das medidas prioritárias, o Congresso ainda tem pela frente a votação do Orçamento para o próximo ano e, como se não bastasse, 2008 é ano de eleições municipais. “Em época de eleição, político não mexe em temas polêmicos”, lamenta Bernardi.

31/12/07



– Página 6 – Desfavorável

Título: ENTREVISTA//DOM DIMAS LARA BARBOSA

Transposição faraônica

“A EXPERIÊNCIA PREGRESSA MOSTRA QUE, QUANDO ENTRA EM JOGO O USO ECONÔMICO DA ÁGUA PARA BENEFICIAR O AGRONEGÓCIO, A REALIDADE MUDA DE FIGURA”

ULLISSES CAMPBELL

DA EQUIPE DO CORREIO

Na opinião do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Dimas Lara Barbosa, o projeto de transposição do Rio São Francisco é faraônico e não vai resolver nem 10% dos problemas do semi-árido. Formado em filosofia, ele teve papel importante junto ao governo na negociação do fim da greve de fome de dom Luiz Cappio. Dom Dimas ressalta que a luta do frei, que ficou 24

dias em jejum, é legítima, porém, critica o fato de ele ter dito que levaria o protesto às últimas conseqüências. “Mas Cappio conhece o rio há 40 anos e sabe que o projeto do governo atenderá apenas aos grandes interesses econômicos”, pondera.

Dom Dimas diz que, em 2008, a CNBB vai investir pesado contra a legalização do aborto e outras formas de atentado contra a vida, da concepção à morte. Nessa luta, ele diz que a Igreja Católica vai se unir aos espíritas e aos evangélicos. “Já ganhamos uma batalha ao derrubar, na 13ª Conferência Nacional de Saúde, em novembro, as propostas que previam a interrupção da gravidez. Foi mais ou menos fácil porque temos duas cadeiras no Conselho Nacional de Saúde (CNS)”, comemora.

Em entrevista ao Correio, o bispo fala ainda que a falta de padre e a crise econômica provocam uma mobilidade religiosa, causando uma baixa no rebanho de fiéis, que migram para outras religiões. “No campo, é muito difícil manter uma pessoa católica. No primeiro deslocamento, o fiel muda de religião”, avalia.

Como o senhor avalia a greve de fome de dom Luiz Cappio?

Eu acompanhei de perto todo o processo e concluí, no final das contas, que a população está completamente desinformada sobre o projeto de transposição do Rio São Francisco. Tanto que a gente ouvia pelos estados que serão supostamente beneficiados pelo projeto, principalmente na Bahia e em Pernambuco, que dom Cappio estava impedindo que chegasse água para a população carente. Na verdade, a luta do frei é muito mais ampla. A luta dele é em defesa do rio e da pessoa humana.

Na sua leitura, qual o principal problema desse projeto?

Eu tenho dúvidas se a transposição levará água às pessoas mais carentes. Tenho dúvidas também se há água suficiente para esse empreendimento. Há um receio, também, que o projeto atenda apenas aos grandes interesses econômicos.

Dos oito pontos que foram negociados para dom Cappio abandonar o protesto, dois foram negados pelo governo. Na sua avaliação, a greve de fome valeu a pena?

Valeu porque os seis pontos são fundamentais. Os seis pontos vão garantir a capilaridade da distribuição de água no semi-árido não só na calha do São

Francisco. Outro ponto importante é a implantação do Atlas do Nordeste elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA), que pega municípios até 5 mil habitantes, passando pela captação de águas das chuvas e construção de poços.

Mas dom Cappio é contra o projeto como um todo e, no protesto, ele pedia a paralisação das obras. No dia 7 de janeiro, elas recomeçam.

Infelizmente esse ponto foi inegociável. O governo estava irredutível. O presidente Lula alega que o projeto é uma promessa de campanha e que tinha que ser executado do jeito que está previsto. Mas alguns eleitores disseram que votaram nele e não estão concordando com o que ele está fazendo. Não é o meu caso, até porque não estou declarando o meu voto.

A luta de dom Cappio deixou a CNBB dividida. Afinal, a conferência é contra ou a favor do projeto?

A verdade é que 10% são contra, 10% são a favor e 80%, assim como a maioria da população, não sabem do que se trata. Antes de negociar o fim do jejum de dom Cappio com o presidente Lula, eu fazia parte dos 80%.

E agora o senhor faz parte dos 10% contra ou dos 10% a favor?

Se houver a garantia de que o projeto vai beneficiar as pessoas mais necessitadas, eu sou a favor. O grande problema é que a experiência pregressa mostra que, quando entra em jogo o uso econômico da água para beneficiar o agronegócio, a realidade muda de figura. Já constatamos casos de agricultores que morreram porque tentaram retirar um balde de água de um canal que era reservado para uma indústria.

Mas do jeito que o projeto está, o senhor é contra ou a favor?

O projeto que o governo está executando não vai resolver nem 10% do problema da falta de água no semiárido e custa uma fortuna em recursos públicos. Por isso não precisa nem eu responder se sou contra ou a favor. Na minha opinião, trata-se de um projeto faraônico.

Sem entrar no mérito do projeto, como o senhor avalia o protesto de dom Cappio do ponto de vista religioso? Atentar contra a própria vida não é abominado pela Igreja Católica?

Temos que considerar aqui duas coisas: a primeira é que jejum e oração são armas de combate espiritual profundamente evangélicas. Certos tipos de demônios só se expulsam com jejum e oração. O próprio Jesus fez jejum de 40 dias e 40 noites. O próprio São Francisco era adepto desses tipos de jejum. A propósito, dom Cappio não fez dois jejuns para protestar contra o projeto de transposição. Ele é adepto desse tipo de prática. Isso faz parte da sua própria mística espiritual, onde ele busca forças para continuar a sua luta.

Então o senhor é a favor do protesto do frei?

O fato de fazer jejum para chamar a atenção para uma causa é legítimo.

Mas ele disse que levaria o protesto às últimas conseqüências. O senhor acha isso legítimo? Houve até quem dissesse que ele estava fazendo chantagem com o governo.

Realmente é algo questionável levar o protesto às últimas conseqüências. Tanto que a CNBB pediu que ele abandonasse o jejum. Na época, pedimos que ele encontrasse outra metodologia para protestar. Mas, sem dúvida, a causa do frei é muito nobre.

O protesto de Cappio não é um mau exemplo para os seus seguidores?

Acredito que não. Ele é um profundo conhecedor do São Francisco há mais de 40 anos. Quem o conhece sabe que o frei estava no caminho certo e que a sua luta é legítima. Ele viu e acompanhou o rio e muitas populações em volta dele definhando. Cappio sabe que, se não for feita alguma coisa urgentemente, o rio vai morrer brevemente.

A campanha da fraternidade de 2008 tem como tema a defesa da vida. A Igreja vai investir pesado contra a legalização do aborto?

Claro que a descriminalização do aborto é uma preocupação. Mas nós vamos defender a vida humana da concepção até a morte natural.

Quais as estratégias que a CNBB vai lançar mão para derrubar as propostas de legalização do aborto?

Vamos nos juntar a quem tem interesses comuns, como centros espíritas, templos evangélicos, seguidores do Vale do Amanhecer e gente sem compromisso religioso. Nós vamos mostrar que o problema do aborto não é exclusivo da Igreja Católica.

A Igreja Católica apostou na visita do papa Bento XVI ao Brasil como uma estratégia para aumentar o número de fiéis. Sete meses depois da vinda do pontífice já dá para contabilizar o aumento no rebanho?

A CNBB nunca acreditou que a visita do papa aumentaria o número de fiéis nem conteria a evasão de católicos. Até porque Bento XVI veio especificamente para a abertura da V Conferência Geral dos Bispos da América Latina. Ele fez poucas aparições públicas.

Mas, ao discutir na conferência os desafios da Igreja Católica, os bispos acreditavam que a visita do papa recuperaria os fiéis que migraram para outras religiões.

Sim, sim. Mas a visita do papa não é suficiente para conter a transição de fiéis para outras religiões. A gente acredita que a canonização do frei Galvão ajudou, já que ele é o primeiro santo genuinamente brasileiro. Mas ainda não tem como mostrar em números o retorno de fiéis para o catolicismo.

Na sua avaliação, por que vocês perdem tantos fiéis?

Tendo como base os dados do IBGE, a gente descobriu que a migração religiosa ocorre mais nas fronteiras agrícolas e nas periferias dos grandes centros, onde a mobilidade da população é muito grande. Com um estudo feito recentemente, descobrimos que onde o governo realiza grandes projetos sociais, a evasão de católicos diminuiu. Também acreditamos que os problemas na economia contribuem para a mobilidade religiosa.

Então a culpa da perda dos fiéis é da economia?

Nós acreditamos que a crise econômica causa migração, e a migração contribui para a mobilidade religiosa. Se um brasileiro católico se mudar da periferia de uma cidade

porque não conseguiu emprego para um acampamento onde há um templo evangélico, ele certamente mudará de religião, e vice-versa.

Um dos movimentos sociais mais fortes no campo é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tem como chefe um bispo da CNBB. Não é contraditório a Igreja Católica perder mais fiéis no campo do que na cidade?

Eu não vejo a CPT tão ligada à Igreja Católica, apesar de estar subordinada à Cúria. Na verdade, essa entidade é independente e atua especificamente no campo promovendo a reforma agrária.

Em praticamente todos os assentamentos e acampamentos há pastores evangélicos dando assistência aos agricultores. Não se vê padres fazendo o mesmo no campo. O senhor não concorda?

É muito mais fácil erguer um templo evangélico do que uma igreja católica. Além disso, nós não damos conta de acompanhar essa mobilidade no campo. Nos grupos de sem-terra, há pastores. Para eles, é muito mais fácil. O correto seria os agentes da Igreja Católica irem aonde as pessoas estão, mas não temos sacerdotes o suficiente para isso.

Então a falta de padre contribui para a perda de fiéis?

É complicado formar lideranças religiosas na Igreja Católica. A gente acredita que isso contribui para a evasão de fiéis.

EDITORIA CIDADES:

05/08/07



– Página 36 – Favorável

Título: Sem medo de incomodar

“NÃO POSSO SER OMISSO. NÃO SEREI MAIS UM A FECHAR OS OLHOS PARA SITUAÇÕES QUE A MAIORIA FINGE QUE NÃO EXISTE”

MINISTÉRIO PÚBLICO

Promotor do Distrito Federal é o mais novo integrante do Conselho Nacional do MP. Apesar de enfrentar duras críticas, ele não abre mão de defender idéias polêmicas como mudança de sexo e pena de morte.

Ele rejeita o rótulo de polêmico, mas defende temas nada consensuais como aborto, união entre pessoas do mesmo sexo, redução da maioridade penal e pesquisas com células tronco. Promotor de Justiça há 18 anos, Diaulas Costa Ribeiro, 45, foi recentemente nomeado para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público. Durante os dois anos do mandato, quer levar à entidade debates sobre temas como o controle externo das polícias e a criação de câmaras de mediação no MP. Para lutar contra a violência, ele acha que é hora de provocar discussões delicadas. “Precisamos perder o pudor de falar sobre prisão perpétua e pena de morte. A pena de morte é exercida todos os dias com inocentes. É essa que temos de combater”, sustenta. As posições de Diaulas o tornam alvo de críticas e ofensas. Apesar disso, não abre mão de defender suas idéias, por mais

desconfortáveis que sejam. “Não posso ser omissos. Não serei mais um a fechar os olhos para situações que a maioria finge que não existe”, desabafa.

Há oito anos, Diaulas Costa Ribeiro está à frente da Promotoria de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários da Saúde (Pró-Vida) e atuou em casos que tiveram repercussão em todo o país. Erros médicos, falsos profissionais de saúde, fechamento de hospitais, falta de leitos e de medicamentos foram algumas das batalhas enfrentadas pelo promotor, que, de tão conhecido pelos brasilienses, dá até autógrafo nas ruas. “Dizem sempre que eu sou vaidoso, mas o que eu gosto mesmo é de ver o trabalho do Ministério Público reconhecido”, garante. “Foi uma vitória não minha, mas da população salvar o Incor, por exemplo.” Apesar de assumir uma vaga no Conselho Nacional do MP, Diaulas não pretende se afastar da Pró-Vida. “Não tenho medo de trabalho, vou acumular as funções enquanto eu puder respirar”, afirma o promotor, que sonhava em ser maestro. “Tinha vontade, mas não tinha talento”, brinca.

Em entrevista ao Correio, Diaulas fala sobre seus projetos para o Conselho Nacional e não poupa o próprio MPDF. Condena o modelo das eleições para procurador geral. Para ele, a utilização de lista tríplice é “uma coisa perversa”, que obriga promotores a buscarem alianças políticas. “Você tem sempre que buscar apoios políticos e o Ministério Público não deveria se submeter a isso. Amanhã, esses políticos podem apresentar uma conta”, explica. “Vou trabalhar no Conselho Nacional para corrigir isso”. Segundo ele, o correto é que o primeiro nome da lista seja sempre o referendado. Confira, a seguir, trechos da entrevista.

CONSELHO NACIONAL

Durante meu mandato, quero discutir a criação de uma câmara de mediação nos Ministérios Públicos. Temos que tentar resolver conflitos penais antes que eles cheguem à Justiça. Casos de lesão corporal culposa, lesões em caso de acidente e questões médicas devem ser negociados antes que cheguem aos tribunais. Na promotoria, não abro processo contra nenhum médico sem propor ao paciente fazer um acordo de conciliação. Vou trabalhar também para que a Câmara e o Senado não preencham sua vaga indicando mais promotores e advogados. Porque essas categorias já estão muito representadas. O cidadão comum é quem deveria preencher uma vaga.

ALVO DE DENÚNCIAS

Durante o processo para referendar minha nomeação, enfrentei todas as formas possíveis de tentativas de impedir que eu assumisse a vaga. Circularam pelo Congresso dezenas de dossiês, dos mais elegantes aos mais baixos. A primeira acusação foi a de que sou favorável ao aborto, às pesquisas com células tronco, que eu defendo a sexualidade de pacientes com lesão cerebral e a mudança de sexo dos transexuais. Isso é público e notório. E para defender tudo isso, é preciso ter base científica. Minha formação sustenta o meu trabalho.

ELEIÇÕES NO MP

A lista tríplice para a escolha do procurador-geral de Justiça é uma coisa perversa. Você tem sempre que buscar apoios políticos e o MP não deveria se submeter a isso. O certo é que o mais votado da lista tríplice seja o referendado. A lista tríplice gera um segundo turno, onde os promotores têm que buscar apoio no Ministério Público e depois com políticos. E amanhã, esses políticos podem apresentar uma conta. Já participei das eleições para procurador-geral em 2000, 2004 e 2006. Mas sempre tive muita dificuldade para transitar no meio político porque sou considerado um sujeito de posições muito duras e intransigentes com as questões institucionais. Negócio tudo, menos os valores que o MP tem que preservar.

EXCESSO DA LICENÇAS

Acho que há excessos na concessão de licenças a promotores para especialização e que é preciso fazer restrições. A minha proposta é curta e grossa: concessão de dois anos para fazer doutorado e um ano para mestrado. Mas para mudar isso, é preciso ter coragem para dizer não. O problema é que, com o nosso modelo de eleição, o procurador-geral é muito tentado a dizer sim. Eu tenho autoridade para fazer essas críticas porque fiz meu doutorado em dois anos e terminei meu pós-doutorado sem necessidade de me licenciar do MP.

VAIDADE

Dizem sempre que eu sou vaidoso, mas o que eu gosto mesmo é de ver o trabalho do MP reconhecido. Se meu nome aparece ou não, isso é secundário. Tenho, sim, vaidade profissional por esse reconhecimento, isso me dá prazer. Também tenho cuidado ao me vestir, muitas das minhas roupas eu mesmo desenho e meu alfaiate executa. Não vou andar sujinho, com a gravata manchada de macarrão e sapato de meia-sola. Não faço mais isso.

CONTROLE POLICIAL

A relação do MP com a polícia deve ser melhorada. O papel da polícia é produzir provas para o MP, logo, ela não pode produzidas como bem quiser. Temos que controlar esse processo porque a decisão de um promotor pode destruir vidas. Como posso denunciar alguém se não sei como foi feita a prova? A polícia não deve fugir de controle. Os inquéritos ficaram desacreditados porque a polícia há até bem pouco tempo produzia provas com tortura, com escutas clandestinas.

INCOR

O hospital quase fechou, mas negocieei até a última hora. Corri do Ministério da Saúde para o GDF, tentando encontrar uma solução para os problemas. O Incor é uma sucessão de equívocos, mas uma coisa é certa: não podemos tratar como equívoco os R\$ 150 milhões que foram investidos. Não podemos tratar como equívoco um lugar que tem médicos que demoraram 20 anos para concluir sua formação. A partir de janeiro, a Fundação Zerbini deve sair e a Universidade Católica, assumir o Incor. Outra alternativa é a criação de uma fundação pública de direito privado para gerir o hospital. Mas independentemente da gestão, o Incor está aberto. E é de Brasília.

MUDANÇA DE SEXO

Brasília é o único lugar do país onde o transexual entra no MP pela porta da frente. O paciente muda nome e sexo depois da análise da situação. Com muito esforço, consegui convencer todo o sistema judiciário de que homem não é um pênis, mulher não é uma vagina. Ser homem é ter a dignidade de ser identificado como homem, de estar bem na sociedade como homem. O ser humano é muito mais do que uma genitália. Conheço temas como transexualidade como poucos médicos.

CÉLULAS TRONCO

Infelizmente, existe ação no STF contra as pesquisas com células tronco, porque elas atentariam contra o princípio da vida. Para mim, só interessa que as pessoas possam continuar vivas. Eu luto pela vida. Penso nas pessoas com Parkinson, com doenças degenerativas, esclerose múltipla. Elas poderiam ser salvas pela ciência. Agora estamos fazendo cabo de guerra para saber se oito células são uma vida. O conceito de morte, que eu mesmo ajudei a formular, é o fim da atividade cerebral. Como com 10 semanas não há atividade cerebral, sou a favor das células tronco.

LESÃO CEREBRAL

Os pacientes com lesões cerebrais são pessoas que têm desejo. O MP não pode ficar indiferente a esse problema. Porque se a mãe de um paciente apanhar uma

garota de programa e leva lá para ter relações com o filho, é criminosa porque está intermediando a prostituição. No MP, um grupo resolveu fazer piadas com relação à minha posição quanto ao tema, dizendo que eu era cafetão de doente mental. Editaram uma entrevista que dei sobre o assunto e entregaram aos senadores que deveriam referendar meu nome para a vaga no Conselho Nacional.

ABORTO

Sou favorável à descriminalização do aborto. Quando a mulher quer fazer aborto ela faz, com lei ou sem lei. E acaba exposta a riscos na maioria das vezes. O programa de Brasília, coordenado por mim, atende mulheres vítimas de violência sexual, ou grávidas de bebês anencéfalos. Nosso programa é referência para o Brasil.

PENA DE MORTE

A solução para a violência é uma reforma de base no sistema penal. Além disso, precisamos perder o pudor de falar em pena de morte e prisão perpétua. Não podemos tratar isso como palavrão. A constituição brasileira prevê a pena de morte para crimes militares ou em caso de guerra. E nós vivemos hoje em um ambiente de guerra, uma barbárie. Mais de 50 mil pessoas morrem todos os anos por causa da violência. Não podemos mais ficar com essa bandeira de defesa da vida como idiotas. E a solução não é enfrentar isso em um plebiscito, mas com discussões no Congresso. Nosso sistema penal está totalmente ultrapassado. Os criminosos não aprendem nada na cadeia, cumprem umas peninhas e voltam para cometer crimes. Por isso, defendo a pena de morte para os crimes hediondos.

SAÚDE NO DF

Comparando com o resto do Brasil, a saúde de Brasília é boa. Comparando com o que o povo precisa, é muito ruim. Existem alguns feudos dentro da Secretaria de Saúde, o que é difícil romper. Existem pessoas que fazem mal à saúde de Brasília e conseguem se manter nos cargos. Muitos dos médicos que estão na rede não conseguiriam manter o emprego se o sistema de contratação fosse celetista. Existem muitos profissionais que não merecem o título e o salário que têm. São médicos que fazem a rede pública de bico. A solução para o futuro é a mais simples do mundo: ninguém é dono do posto de trabalho se não produzir e cuidar bem do paciente.

EDITORIA POLÍTICA

03/06/07



– Página 10/11 – Neutro

Título: Falta consenso para mudar a lei eleitoral

REFORMA POLÍTICA

Chinaglia procura encontrar resposta à crise ética que afeta o Poder Legislativo e tenta apressar o começo da votação na Câmara. Idéia é iniciar a apresentação de emendas às sete propostas diretamente no plenário.

LUIZ CARLOS AZEDO

DA EQUIPE DO CORREIO

A reforma política virou uma espécie de missão impossível para o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), que tenta encontrar uma resposta para o desgaste dos parlamentares provocado pela crise ética que afeta a vida política nacional. É que sete propostas de mudança na legislação eleitoral e partidária que compõem a reforma não têm consenso entre os partidos, nem mesmo dentro do PT. O partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, há duas semanas, tenta chegar a um acordo sobre a reforma e não consegue.

Chinaglia pretende iniciar a votação da reforma política na próxima semana, segundo entendimento feito com os líderes partidários, mas em todas as bancadas há uma espécie de rebelião. “A reforma será feita de forma absolutamente democrática, ao longo da próxima semana”, acredita o vice-líder do governo,

Henrique Fontana (PT-RS), que articula a reforma com aval do Palácio do Planalto. A idéia é arquivar os projetos já aprovados no Senado, renumerar o projeto de lei do deputado Ronaldo Caiado (PFLGO) e iniciar a apresentação de emendas diretamente em plenário, sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça.

Tábua de salvação

A aprovação de mudanças no sistema eleitoral é vista como uma espécie de tábua de salvação pela maioria dos políticos, o problema é que eles não se entendem na hora de decidir o que fazer. Estão em discussão o voto em lista, o financiamento público de campanha, o voto distrital, o fim das coligações, o fim da reeleição e a ampliação da democracia direta, com adoção de referendos e plebiscitos. “Sou contra o voto em lista, mas se o partido decidir apoiar a proposta, votarei a favor”, admite o deputado Cândido Vacarezza (PT-SP). Apesar dessa declaração, o parlamentar paulista é o maior adversário das propostas articuladas por Fontana e chegou a elaborar um texto combatendo as teses do colega de bancada, inclusive o financiamento público de campanha que, segundo Vacarezza, não impediria a existência de caixa 2.

Na bancada do PMDB, um grupo coordenado pelo deputado Ibsen Pinheiro (RS) estuda as propostas de reforma política, mas as divergências também são profundas. O parlamentar gaúcho defende a tese de que a reforma deve começar pelo projeto de Caiado, com emendas que podem ser aprovadas por maioria simples, como o voto em lista e a fidelidade partidária. Já o deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), presidente da poderosa Comissão de Constituição e Justiça, propõe que a reforma comece pelo fim da reeleição e a coincidência das eleições. “Se não começar pelas emendas constitucionais, vamos ter que fazer tudo outra vez depois que elas forem aprovadas”, argumenta. Um grupo de parlamentares liderado pelo deputado Luciano Castro (RR), líder do PR, quer que a reforma comece pela coincidência das eleições e o fim da reeleição, com mandatos de cinco anos para todo mundo.

Planalto apóia

Discretamente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva trabalha para que a reforma política ocorra o quanto antes. Reuniu a coordenação política do governo na semana passada e orientou seus líderes a dar prioridade à reforma.

Pretende inclusive exercer sua influência no Congresso para aprovar as propostas que julgar mais importantes, mas não quer tomar a iniciativa de mandar um projeto

com princípio, meio e fim ao Congresso. Teme especulações de que está interessado na aprovação de uma emenda que possibilite concorrer à reeleição pela segunda vez. Terceiro mandato é uma tese proibida no Palácio do Planalto, segundo seus assessores. Lula tem reiterado que sempre foi contra a reeleição e que avalia ser perfeitamente possível viabilizar uma candidatura única na base governista para disputar sua sucessão.

Na oposição, o mais empenhado na reforma política não tem mandato, nem pretende concorrer às eleições. É o presidente de honra do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, que na semana passada, depois do seminário do PSDB, se reuniu com a bancada de deputados para discutir o assunto. O ex-presidente da República defende o voto distrital misto, o fim das coligações, o financiamento público de campanha, a fidelidade partidária e, obviamente, a manutenção da reeleição. Mas também encontra dificuldades para unificar o PSDB.

O deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), por exemplo, é contra o voto distrital misto. “O mais importante é aprovar o voto distrital puro, sem isso não há mudança”, argumenta. Para Madeira, o voto distrital puro é que viabiliza o financiamento público, a fidelidade partidária e a cláusula de barreira.

EDITORIA MUNDO:

11/02/07



– Página 18 – Desfavorável

Título: Entre a fé e o aborto

PAINEL DE CAMPANHA CONTRÁRIA À LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NO CENTRO DE LISBOA:
PORTUGUESES DECIDEM SE QUEREM MUDANÇAS SOCIAIS

RODRIGO CRAVEIRO

DA EQUIPE DO CORREIO

Um Portugal dividido e bastante influenciado pela Igreja Católica — que abarca 90% da população — terá a chance de tocar hoje numa ferida que, de acordo com o premiê socialista José Sócrates, é “vergonhosa”. Parte dos 8,4 milhões de eleitores responderão, nas urnas, à seguinte pergunta: “Você concorda com a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?”. O plebiscito se segue à aprovação, por parte do Conselho de Ministros da Itália, na quinta-feira, de uma proposta de lei legalizando as uniões de fato, inclusive de casais homossexuais.

Entre as 27 nações da União Européia, apenas Portugal, Irlanda, Polônia e Malta ainda impõem restrições ao aborto. A legalização da prática em terras portuguesas significaria mais um revés ao papa Bento XVI, eleito em 2005 na expectativa de promover uma “refundação” da doutrina católica no Velho Continente (leia a matéria nesta página). Naquele mesmo ano, o governo socialista espanhol —

país também majoritariamente católico — assinou lei permitindo as uniões civis entre casais homossexuais.

No último plebiscito sobre o aborto realizado pelos portugueses, em 1998, o “não” venceu com mínima margem. Mas a alta abstenção (32%) invalidou o processo democrático. A cada ano, 23 mil portuguesas interrompem a gravidez em clínicas clandestinas — um quarto delas acabam hospitalizadas, com complicações por causa da cirurgia. As pesquisas mais recentes indicam vitória do “sim”, com variação de 52% a 58%. Atualmente, o aborto só é permitido até o terceiro mês de gestação, em casos de malformação do feto, estupro ou quando a mãe corre risco de morte.

Pedro Lains, sociólogo da Universidade de Lisboa, acredita que um triunfo do “sim” provocará mudanças graduais na sociedade. “Mais mulheres passarão a consultar em hospitais e centros de saúde. Por sua vez, alguns médicos deverão se opor ao aborto, por motivo de consciência”, afirmou ao Correio. Os dirigentes da Ordem dos Médicos de Portugal já se posicionaram adeptos do “não”.

Fronteira espanhola

De acordo com João de Pina - Cabral, antropólogo social da mesma universidade, as mulheres mais carentes e impossibilitadas de pagar por abortos em clínicas caras da Espanha e do Reino Unido deixarão de ser perseguidas e presas. No ano passado, cerca de 4 mil portuguesas cruzaram a fronteira para abortar em clínicas espanholas — uma delas fica a apenas 6km da divisa. “As mulheres poderão abortar em condições de saúde e higiene iguais às das mais abastadas, o que é um grande avanço para a democracia”, reconheceu.

Para ganhar a simpatia da população, adeptos do “sim” sustentam que está em jogo um melhor controle da fertilidade e a prevenção à prática do aborto clandestino. O próprio premiê José Sócrates se envolveu na campanha pela descriminalização e prometeu mudar a lei ainda que o “sim” não conquiste 50% mais um voto — margem mínima para a legalização do resultado. Os defensores do “não” insistem que a interrupção da gravidez é um atentado à moral católica e à vida humana.

É o caso de Antônio Pinheiro Torres, presidente da ONG Juntos pela Vida, de Lisboa. “Se a população decidir pela descriminalização do aborto, Portugal enfrentará a desvalorização da vida humana. Com base em outros países da Europa, sabemos que quando essa prática se torna legal, ela cresce ao longo dos

anos”, alertou. Caso o “não” vença, Torres promete que todas as entidades de defesa da vida investirão mais no apoio a gestantes e menores abandonados.

12/02/07



– Página 14 – Neutro

Título: Parlamento deve liberar o aborto

Os eleitores portugueses aprovaram ontem a descriminalização do aborto com uma maioria de 59,3% dos votos, contra 40,7% para o “não”. No entanto, a participação popular ficou em apenas 43,6%, abaixo dos 50% exigidos para validar o resultado. Mesmo com a grande abstenção, o premiê socialista José Socrates já havia anunciado que o Parlamento modificaria a lei atual caso o “sim” fosse vitorioso, para liberar a prática até a 10ª semana de gravidez. Atualmente, o aborto é permitido no país até a 12ª semana de gestação apenas para os casos de estupro, malformação no feto ou quando a mãe corre risco de morte. Além de Portugal, os únicos países da União Européia que têm restrições ao aborto são Irlanda, Polónia e Malta.

19/04/07



– Página 30 – Desfavorável

Título: Papa busca resgate da fé entre os latinos

BENTO XVI OBSERVA O BOLO QUE GANHOU DE PRESENTE ONTEM, EM FORMATO DE EDIFÍCIOS DO VATICANO

RELIGIÃO

Eleito pontífice há dois anos, Bento XVI volta sua atenção para Brasil e México, onde o debate sobre aborto e pesquisas com células-tronco embrionárias ganha força.

JOÃO CLÁUDIO GARCIA

DA EQUIPE DO CORREIO

Bento XVI completa hoje dois anos de pontificado e desembarca em São Paulo daqui a três semanas para uma visita que já estava agendada antes mesmo de ele ser eleito papa, em 2005. A viagem, no entanto, ocorre num momento propício para o santo padre instruir bispos latino-americanos sobre o crescente debate sobre descriminalização do aborto e da eutanásia que ocorre em países como México e Brasil. Apesar de ter traçado a ressurreição do catolicismo na Europa como linha-mestra de seu pontificado, o líder da Igreja Católica encara a perda de fiéis na América Latina com preocupação crescente.

“Certamente o papa está de olho neste momento de crise do catolicismo latino-americano. Talvez essa crise na América Latina o preocupe mais que a européia, por ser mais recente, imprevisível e, para ele, possivelmente mais misteriosa”, disse ao Correio o vaticanista italiano Luigi Accattoli, do jornal Corriere della Sera. Segundo a Santa Sé, 84,5% dos 181,6 milhões de brasileiros eram católicos em 2005. Em 1980, eram 90,12%, e 87,7% em 1990. Mas, para o IBGE, a estatística correta é 73,8%.

Enquanto no Brasil o ministro da Saúde levantou a discussão sobre a legalização do aborto, no México o tema está na pauta do Congresso e deflagrou uma violenta campanha publicitária de setores favoráveis e contrários à despenalização. O Senado mexicano também começou a analisar na semana passada o direito à eutanásia, e já existe um projeto para liberação do casamento homossexual.

Embora os Legislativos de Chile e Nicarágua tenham rejeitado o aborto nos últimos meses, O Vaticano acompanha com apreensão o que ocorre nas duas

maiores potências latino-americanas. “Um movimento de maior liberalização do aborto ou da eutanásia no México e no Brasil pode desencadear ações semelhantes em outros países da região”, explicou o norte-americano John Allen Jr., autor de Papa Bento XVI: uma biografia de Joseph Ratzinger e correspondente em Roma da revista National Catholic Reporter.

Identidade católica

A vinda do pontífice ao Brasil, em 9 de maio, se justifica pela realização da 5ª Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), em Aparecida do Norte (SP). Entre os temas discutidos está o crescimento das chamadas seitas protestantes. “Ele defenderá a identidade católica e abordará a fuga de fiéis para outras igrejas, como as pentecostais. Bento XVI deve reiterar a necessidade de fortalecimento dos pilares do catolicismo na política e na cultura”, aposta John Allen Jr. Dom Pedro Luis Stringhini, coordenador da Secretaria Executiva para a Visita do Papa, está certo de que os discursos de Bento XVI no Brasil serão críticos ao relativismo. Esse tema tem sido abordado com frequência pelo pontífice para denunciar como os povos europeus vêm interpretando de forma relativa os ensinamentos de Cristo — o que abre espaço, por exemplo, à liberalização do aborto, da eutanásia e das pesquisas com células tronco embrionárias.

Mas, para dom Stringhini, o papa será diplomático e não deve, em seu encontro privado com Luiz Inácio Lula da Silva, repreendê-lo por conta do debate sobre o aborto e a recente defesa feita pelo presidente ao uso de preservativos. “A reunião será protocolar e amigável. Não acredito que Bento XVI faça críticas diretamente ao presidente, mas sim em seus discursos e outras conferências.” John Allen concorda e lembra que o pontífice costuma deixar para os bispos locais a tarefa de se pronunciar sobre fatos mais específicos.

23/04/07



– Página 16 – Neutro

Título: Legalização do aborto divide os mexicanos

MULHER FAVORÁVEL AO ABORTO GRITA COM HOMEM QUE EXIBE CARTAZ CONTRA A PRÁTICA NA CIDADE DO MÉXICO

DEBATE POLÊMICO

Assembleia Legislativa vota amanhã uma reforma para permitir a interrupção da gravidez na capital. Religiosos pedem plebiscito.

A reforma legal que descriminaliza o aborto voluntário nos três primeiros meses de gestação será votada na Assembleia Legislativa da Cidade do México amanhã, com ampla possibilidade de aprovação. Atualmente, o país só autoriza o procedimento quando a mulher é vítima de estupro ou há risco de vida para a mãe. A iniciativa na capital desencadeou uma disputa entre forças da sociedade mexicana, num país que só perde para o Brasil em número de católicos.

O projeto de lei permitiria abortos no primeiro trimestre da gravidez caso a criança fosse “incompatível com o projeto de vida” da mulher. O Partido da Revolução Democrática (PRD, esquerda), com maioria absoluta na Assembleia local, é favorável à iniciativa. Já o Partido Ação Nacional (PAN), no governo do México, é contra a legalização do aborto. O presidente Felipe Calderón acredita que as leis atuais sobre a questão já são “adequadas” e se opôs a mudanças.

Na quinta-feira passada, o projeto foi aprovado por três comissões examinadoras do Legislativo da Cidade do México e encaminhado para discussão no plenário. A Igreja Católica elevou o tom ao condenar a proposta e ameaça excomungar os deputados que votarem a favor da legalização do aborto. Líderes

religiosos pedem um plebiscito popular sobre a questão e afirmam já terem recolhido 32 mil das 39 mil assinaturas necessárias por lei para pedir a votação. “A Assembléia terá a palavra final, mas com um plebiscito eles estariam ouvindo a população”, afirmou Armando Martinez, porta-voz da Igreja no país.

Disputa

Estimativas sobre o número de abortos induzidos realizados no México por ano variam entre 110 mil, segundo o Conselho Nacional de População (Conapo) até um milhão, de acordo com um estudo recente da Universidade Autônoma do México. O Instituto Alan Guttmacher, por sua vez, estima que ocorram 533 mil abortos todo ano no país. “O aborto é uma realidade. As mulheres o farão com ou sem lei”, opina Marta Juárez, do Grupo de Informação em Reprodução Escolhida do México (GIRE), em entrevista por telefone. “O projeto é importante porque contempla um pacote de direitos para assegurar a saúde da mulher e garantir que esses abortos aconteçam sem riscos críticos para as mães.”

Entre os ativistas antiaborto mais notáveis está o ator mexicano Roberto Gómez Bolamos, conhecido por interpretar os personagens Chaves e Chapolin Colorado na TV. Em um anúncio veiculado na televisão, ele afirma que sua mãe se recusou a abortar, mesmo tendo recebido conselhos médicos para realizar o procedimento e, graças a isso, ele “está aqui hoje”. A associação civil Provida México adianta que, caso a legalização seja aprovada, eles vão alegar a inconstitucionalidade da proposta, pois a Constituição garante o direito à vida.

“Não existe aborto seguro para a mulher, todos são um processo brutal, um assassinato de um ser humano no ventre da forma mais sanguinária possível”, disse ao Correio Jorge Serrano Limón, diretor do grupo Provida. “É preciso mudar a legislação para que o aborto seja considerado um homicídio qualificado, porque só assim as clínicas clandestinas vão acabar.”

26/10/07



– Página 24 – Desfavorável

Título: Cristina promete mudanças

SENADORA CRISTINA KIRCHNER DISCURSA NO ÚLTIMO COMÍCIO DA CAMPANHA, APLAUDIDA PELO MARIDO, O PRESIDENTE NÉSTOR KIRCHNER: FRANCA FAVORITA.

ARGENTINA

Em seu último discurso de campanha, candidata governista diz que país precisa de mais educação e saúde. Adversária Elisa Carrió, que tenta chegar ao segundo turno, também fez comício em Buenos Aires.

A campanha presidencial na Argentina foi oficialmente encerrada ontem diante de um eleitorado apático, que vai às urnas no domingo com apenas uma dúvida quanto a um pouco provável segundo turno entre a candidata favorita, a primeira-dama e senadora Cristina Kirchner, e a segunda colocada nas pesquisas, a liberal-cristã Elisa Carrió. Mais de 27 milhões de eleitores escolherão o sucessor do presidente Nestor Kirchner para governar o país pelos próximos quatro anos. O pleito também vai definir senadores, deputados federais, além de governadores e deputados regionais em algumas províncias. No último dia de campanha, Cristina adotou um tom conciliador e defendeu uma eleição sem rancores, para “realizarem juntos os sonhos que faltam”.

As últimas pesquisas apontam que a senadora é franca favorita e deve se eleger logo no primeiro turno, já que deve obter mais de 40% dos votos — uma diferença de pelo menos 10 pontos percentuais em relação a Elisa Carrió. Mas muitos candidatos da oposição questionam os resultados das pesquisas e afirmam ainda acreditar num segundo turno.

Os principais candidatos encerraram suas campanhas com comícios na Grande Buenos Aires, a região mais populosa do país e a de maior influência política. Após percorrer toda a Argentina, a primeira-dama fechou a maratona no Mercado Central, em La Matanza, uma periferia populosa e pobre no sudoeste da capital, onde Néstor Kirchner arrancou rumo à vitória, em 2003.

Cristina Kirchner rompeu o silêncio que manteve com a imprensa nos últimos três meses e prometeu aprofundar as iniciativas do governo de seu marido. Também se manifestou contra o monetarismo e o esfriamento da economia para combater a inflação. “Sabemos o que falta, sabemos como fazê-lo” é o slogan que estampa os milhares de cartazes espalhados por Buenos Aires com a imagem de Cristina. Segundo ela, uma parte dos sonhos dos argentinos já começou a ser cumprida. “Mas as mudanças que restam são profundas. Precisamos de mais educação e saúde”, defendeu, durante seu discurso de encerramento da campanha.

Apostando ainda na realização de um segundo turno, a candidata Elisa Carrió, que fez campanha centrada na luta contra a corrupção e pela moralização do país, realizou um comício na região norte de Buenos Aires, às margens do Rio La Plata. O evento começou no fim da tarde, exatamente no mesmo horário que o da rival Cristina. O ex-ministro da economia Roberto Lavagna, que rejeita as previsões das pesquisas e já se vê no segundo turno no lugar de Carrió, encerrou sua campanha na quarta-feira, percorrendo durante 10 horas a periferia portenha. “O governo escolheu sua adversária (Carrió), mais fácil para um eventual segundo turno, porque haverá o contraste do voto gestão contra o voto depoimento. Carrió é um salto no vazio”, acusou Lavagna.

OPOSIÇÃO AO ABORTO

A primeira-dama e candidata presidencial Cristina Kirchner se declarou ontem contrária ao aborto — um dos poucos assuntos polêmicos nos quais ela assumiu uma posição clara durante as eleições. Em entrevista à rádio Diez, Cristina afirmou que “sempre foi contra a interrupção voluntária da gravidez”. Mas ponderou que também é contra “estigmatizar os que pensam de outra maneira”. A senadora governista se disse convicta de que defender a descriminalização do aborto não significa necessariamente ser a favor da prática. O aborto na Argentina é autorizado pela Justiça em casos de risco de vida e estupro de mulheres incapacitadas.

06/11/07

MUNDO

INSTITUTO PREVÊ VACINA CONTRA A Aids ATÉ 2010

O Instituto de Tecnologia e Inovação em Biomedicina (ITIB) do Hospital das Clínicas de São Paulo anunciou que desenvolveu uma vacina contra a Aids que pode ser produzida em larga escala e distribuída em todo o mundo. A vacina, que está em fase de testes em animais, é composta por uma proteína que se liga ao vírus da Aids, impedindo que ele se reproduza. O ITIB espera que a vacina seja aprovada em 2010 e distribuída em todo o mundo.

IMPRESA QUER SAÍDA DO CHEFE DA POLÍCIA

A imprensa quer a saída do chefe da polícia de São Paulo, o coronel Carlos de Almeida. O chefe da polícia, o coronel Carlos de Almeida, está sob pressão da imprensa por não ter conseguido controlar a violência no estado. A imprensa quer a saída do chefe da polícia, o coronel Carlos de Almeida.

PRIME KACZYNSKI DESBOTA

O primeiro-ministro da Polónia, Kaczynski, desbota as acusações de corrupção contra ele. Ele afirma que as acusações são infundadas e que ele não tem nada a ver com o caso.

COLUM É O LÍDIO PRESIDENTE

O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, é o líder da oposição. Ele é acusado de corrupção e de não ter conseguido controlar a violência no país.

INTERCAMBIO ENTRE EXERCÍCIOS

Dois exércitos, o brasileiro e o uruguaio, realizaram um intercâmbio de exercícios militares. Os dois exércitos trocaram informações e experiências sobre a condução de operações militares.

PREÇO OUTRO CHEFE DA MAMIA

O preço do outro chefe da mamia, o chefe da mamia, é muito baixo. O chefe da mamia, o chefe da mamia, é muito barato.

URUGUAI VOTA ABORTO

O Senado do Uruguai votou hoje um projeto de saúde sexual e reprodutiva que inclui a legalização do aborto. A iniciativa, que precisa de maioria simples para entrar em vigor, foi recusada no dia 17 de outubro com 15 votos a favor e 15 contra. No entanto, estima-se que ela será aprovada hoje. Segundo fontes extraoficiais, Washington Abdala, parlamentar governista que se absteve na última votação, vai apoiar a descriminalização. Um dos artigos do projeto estabelece que “toda mulher tem direito a decidir sobre a interrupção da gravidez durante as primeiras 12 semanas”. A atual legislação uruguaia só permite o aborto em caso de risco de vida para a mãe e estupro, e estabelece pena de prisão para quem realizar o procedimento.

– Página 22 – Neutro

Título: Uruguai vota aborto

O Senado do Uruguai vota hoje um projeto de saúde sexual e reprodutiva que inclui a legalização do aborto. A iniciativa, que precisa de maioria simples para entrar em vigor, foi recusada no dia 17 de outubro com 15 votos a favor e 15 contra. No entanto, estima-se que ela será aprovada hoje. Segundo fontes extraoficiais, Washington Abdala, parlamentar governista que se absteve na última votação, vai apoiar a descriminalização. Um dos artigos do projeto estabelece que “toda mulher tem direito a decidir sobre a interrupção da gravidez durante as primeiras 12 semanas”. A atual legislação uruguaia só permite o aborto em caso de risco de vida para a mãe e estupro, e estabelece pena de prisão para quem realizar o procedimento.

07/11/07

MUNDO

ATENTADO SUICIDA MATA pelo menos 50 pessoas

Um atentado suicida matou pelo menos 50 pessoas e feriu mais de 100 em um mercado de Bagdá. O atentado ocorreu no domingo, 7 de novembro, e foi atribuído a um grupo de militantes iraquianos. O atentado ocorreu no mercado de Bagdá, e foi atribuído a um grupo de militantes iraquianos.

PROTESTOS NO IRAQUE

Protestos ocorreram no Iraque contra a presença das tropas americanas. Os protestos ocorreram em várias cidades do Iraque, e foram atribuídos a grupos de militantes iraquianos.

RAINHA ANUNCIA POLÍTICAS

A rainha do Reino Unido, a rainha, anunciou suas políticas. A rainha, a rainha, anunciou suas políticas.

SINTOMAS DO USO DE DROGAS:

Desconfiança familiar, estresse, brigas entre irmãos, sentimento de culpa, problemas no trabalho. Indicação: Você!

PAPA BENTO XVI RECEBE REI SAUDITA

O papa Bento XVI recebeu o rei da Arábia Saudita, o rei da Arábia Saudita. O papa Bento XVI recebeu o rei da Arábia Saudita, o rei da Arábia Saudita.

BRASILEIRO VAI A MANMAR

Um brasileiro vai a Manmar, o brasileiro, vai a Manmar. O brasileiro, o brasileiro, vai a Manmar.

INDIANA TEM OITO MEMBROS

A Índia tem oito membros, a Índia, tem oito membros. A Índia, a Índia, tem oito membros.

JO SMOON OFERECEU MEDIAÇÃO

O Jo Smoon ofereceu mediação, o Jo Smoon, ofereceu mediação. O Jo Smoon, o Jo Smoon, ofereceu mediação.

SARNEY VISITA BUSH

O Sarney visitou o Bush, o Sarney, visitou o Bush. O Sarney, o Sarney, visitou o Bush.

SENADO APROVA ABORTO

O Senado aprovou o aborto, o Senado, aprovou o aborto. O Senado, o Senado, aprovou o aborto.

– Página 14 – Favorável

Título: Senado aprova aborto

O Senado uruguaio aprovou ontem um projeto de saúde sexual e reprodutiva que contempla a descriminalização do aborto. Um dos artigos da nova lei estabelece que “toda mulher tem direito a decidir sobre a interrupção da gravidez durante as primeiras 12 semanas”. A proposta recebeu 18 votos a favor e 15 contra. No entanto, ela ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados para entrar em vigor. A legislação já tinha sido submetida ao Senado no dia 17 de outubro, mas foi recusada com 15 votos a favor e 15 contra. A aprovação de ontem foi possível porque o senador governista Washington Abdala, que se absteve da última votação, decidiu apoiar a iniciativa. Além disso, outros dois parlamentares reviram os votos.